

# Prefeitura Municipal de Três Barras do Parana estado do parana

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2021

## SECRETARIA E/OU DIVISÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DEMAIS SECRETARIAS

## TIPO DE LICITAÇÃO:

Menor Preço Unitário

### **OBJETO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

## PRAZO DE VIGÊNCIA:

12 (doze) meses

### **VALOR:**

R\$ 2.021.659,55 (Dois milhões vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

### FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, conferência de qualidade e quantidade pelo órgão solicitante e apresentação da nota fiscal e Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.



# Prefeitura Municipal de Três Parras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 20 de julho de 2021.

De:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Secretaria Municipal de Esportes

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Assistência Social

Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

O Município de Três Barras do Paraná possui uma frota grande de veículos (passeio, utilitários, vans e ambulâncias) e equipamentos agrícolas e máquinas pesadas, os quais necessitam de materiais (pneus) para sua manutenção, sendo imperiosa a aquisição de pneus novos para mantê-los em perfeitas condições de uso e tráfego, com o máximo de eficiência e segurança. Necessita-se da contratação para ser estendida a todos os veículos das categorias já descritas pertencentes a frota municipal, independente de especificação, detalhamento e transcrição neste Termo de Referência.

A contratação objetiva atender as necessidades operacionais dos serviços públicos (educação, saúde, assistência social, rodoviário, obras e serviços urbanos, fomento agropecuário, esportes, cultura, administração em geral), fornecidos à população, bem como promover a segurança dos servidores que utilizam os mesmos como meio (ferramenta) de trabalho. Objetiva também garantir a segurança das pessoas, documentos e equipamentos transportados, dentre outras finalidades as quais os veículos e equipamentos são destinados.

Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo os veículos e equipamentos ferramentas indispensáveis para a execução das tarefas diárias dos órgãos da administração pública, estando dessa forma justificada o interesse público.

Foi efetuado um levantamento dos quantitativos e dos tipos de materiais necessários para suprir as demandas de todas as Secretarias, dos quais solicitamos cotação de preços de empresas que atuam no ramo de atividade pertinente. Das cotações mencionadas, resultaram os preços médios, conforme tabela constante no Termo de Referência em anexo. Estimamos um investimento total de R\$ 2.021.659,55 (Dois milhões vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para um período de 12 meses.

Com base na necessidade, objetivos e justificativas já apontadas, também os dados constantes no Termo de Referência em anexo, bem como demais documentos que o embasam, solicitamos vossa competente aprovação do Termo de Referência em anexo e autorização para prosseguimento na elaboração de processo licitatório visando a proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.



# Prefeitura Municipal de Três Narras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de produtos cuja necessidade ocorre de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a definição previa e exata do quantitativo demandado pela administração.

Deverá ser observado o tratamento diferenciado as microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, uma vez que neste território, existem várias empresas com potenciais competitivo entre si, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme prevê o §3º do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Municipal 03/2021 e justificativas constantes no Termo de Referência em anexo.

Respeitosamente,

CLEBERSON BORDIM

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

DÍDOS ME TIDOS DEBORA NÁDIA PILATI VIDOR

Secretária Municipal de Saúde

MARIA CRISTINA GUSSO

Secretária Municipal de Assistência Social

ELIZA BORTOLANZA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

VALDENIR APARECIDO RODRIGUES

Secretario Municipal de Esportes

WALDIR ANTONIO TODESCATTO

Secretario Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

### Anexos:

- 1. Termo de Referência
- 2. Orçamentos Prévios.



### TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

**1.1.** A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido nos incisos I e II do artigo 8º e no inciso II, do artigo 21, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no DOU de 09/08/2000.

### 2. NECESSIDADES E OBJETIVOS

- **2.1.** O Município de Três Barras do Paraná possui uma frota grande de veículos (passeio, utilitários, vans e ambulâncias) e equipamentos agrícolas e máquinas pesadas, os quais necessitam de materiais (pneus) para sua manutenção, sendo imperiosa a aquisição de pneus novos para mantê-los em perfeitas condições de uso e tráfego, com o máximo de eficiência e segurança. Necessita-se da contratação para ser estendida a todos os veículos das categorias já descritas pertencentes a frota municipal, independente de especificação, detalhamento e transcrição neste Termo de Referência.
- 2.2. A contratação objetiva atender as necessidades operacionais dos serviços públicos (educação, saúde, assistência social, rodoviário, obras e serviços urbanos, fomento agropecuário, esportes, cultura, administração em geral), fornecidos à população, bem como promover a segurança dos servidores que utilizam os mesmos como meio (ferramenta) de trabalho. Objetiva também garantir a segurança das pessoas, documentos e equipamentos transportados, dentre outras finalidades as quais os veículos e equipamentos são destinados.
- **2.3.** Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo os veículos e equipamentos ferramentas indispensáveis para a execução das tarefas diárias dos órgãos da administração pública, estando dessa forma justificada o interesse público.

### 3. DO OBJETO

- 3.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
  - 3.1.1. As especificações dos itens encontram-se descritas no item 7 deste Termo de Referência.
- **3.2.** Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de materiais cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.
- 3.3. Da aplicação de Lei Complementar nº 123/2006:
  - **3.3.1.** Os Lotes nº **57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64** possuem a condição de AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, poderão participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas de médio e grande porte;
  - **3.3.2.** Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos **Lotes nº 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64** para contratação exclusiva de microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, o qual, por ser item divisível e sua totalidade aferir valor maior a R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).
  - **3.3.3.** Todas as empresas interessadas, independentemente do seu enquadramento, poderão cotar os preços dos Lotes nº **57**, **58**, **59**, **60**, **61**, **62**, **63**, **64**, independente de seu enquadramento, sendo que será estendida as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a preferência na contratação, conforme preconiza os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



CAPITAL DO FENÃO

**3.3.4. TODOS OS DEMAIS LOTES** são de participação exclusiva de microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, conforme inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal 03/2021, pois os itens de contratação não ultrapassam o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### 4. CONDIÇÕES DE ENTREGA (EXECUÇÃO) E PAGAMENTO

- **4.1.** O licitante vencedor deverá entregar as mercadorias, com as exigências apresentadas neste Termo de Referência de acordo com as necessidades de consumo da administração pública, **sendo de forma parcelada**, após solicitação do Departamento de Compras, na sede da Secretaria Municipal de Administração ou em outro local determinado pela mesma, da seguinte forma:
  - a) Para os materiais relacionados a veículos de passeio, utilitários e cargas, o prazo máximo de entrega é de 03 (três) dias úteis, após receber o requerimento de compra emitido pelo Município de Três Barras do Paraná, sujeito as sanções descritas neste Edital;
  - b) Para os materiais relacionados a equipamentos agrícolas e pesados, o prazo máximo de entrega é de 05 (cinco) dias úteis, após receber o requerimento de compra emitido pelo Município de Três Barras do Paraná, sujeito as sanções descritas neste Edital.
  - 4.1.1. Os materiais a serem entregues deverão ser de primeira qualidade e deverão obedecer inteiramente os requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores tais como: INMETRO e ABNT;
  - 4.1.2. Somente serão recebidos os materiais que possuam prazo de fabricação não superior a 06 (seis) meses do ato da entrega.
- **4.2.** O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da notificação, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- **4.3**. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também as regulamentações de órgãos fiscalizadores e normatizadores, tais como: INMETRO e ABNT.
- **4.4**. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- **4.5**. A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e prazo de validade.
- **4.6.** No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.7. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- **4.8.** Os produtos serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos.
- 4.9. Os produtos deverão ser entregues na Secretaria requerentes ou em outro setor conforme



designação da mesma, mediante emissão de solicitação.

- **4.10.** A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.
- **4.11.** O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 4.12. Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- **4.13.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
  - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;
  - Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
- **4.14.** O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- **4.15.** O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
- **4.16.** Os custos na execução do objeto, bem como os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s).

### 5. CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

**5.1.** Os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s).

### 6. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, não sendo permitida a sua prorrogação.

### 7. RELAÇÃO E VALOR MÁXIMO DOS ITENS

- **7.1.** As quantidades foram estimadas com base nas ações a serem realizadas. Trata-se de estimativa em virtude da dificuldade de se precisar o quantitativo mensal/anual de consumo por item, bem como as combinações a serem realizadas a cada pedido.
- **7.2.** O valor máximo teve como referência orçamentos prévios de preços de mercado e contratos firmados anteriormente pelo Município, os quais foram utilizados para tabulação de preços médios, conforme segue:

PNEUS (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	50	UNID.	PNEU 175X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	427,00	21.350,00
2	20	UNID	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	409,00	8.180,00
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	460,25	13.807,50
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE	481,25	14,437,50



OAPITA	s mon	e are	160

1	[	1	TRAFEGAR EM ASFALTO	ı	ı
5	10	'UNID.	PNEU 185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)	586,50	5.865,00
6	30	UNID	PENU 185X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	499,00	14.970,00
7	30	UNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	510,00	15.300,00
8	30	UNID	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	520,50	15.615,00
9	20	UNID.	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	535,25	10.705,00
10	20	UNID.	PNEU 195X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	550,00	11.000,00
11	20	UNID.	PNEU 205X70 R15, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	669,50	13.390,00
12	12	UNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	596,75	7.161,00
13	12	UNID	PNEU 205X60 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	611,50	7.338,00
14	10	UNID.	PNEU 205X55 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	627,50	6.275,00
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	669,00	20.070,00
16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	1.000,50	20.010,00
17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	917,50	27.525,00
18	20	UNID.	PNEU 225X75 R16, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	1.027,25	20.545,00
19	10	UNID.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	753,75	7.537,50
20	40	UNID.	PNEU 175X65 R14, RADIAL L SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	453,25	18.130,00
21	30	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, LARGURA MÍNIMA DE 200 E 12MM DE SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	1.414,00	42.420,00
22	40	UNID	PNEU 215X75 R17,5, BORRACHUDO, LARG. MINIMA 190 E 14,5 SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	1.477,50	59.100,00
23	30	UNID.	PNEU 215X75 R17,5, LISO, LARG. MINIMA 190 E 13,5 SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	1.347,00	40.410,00
24	10	UNID.	PNEU 235/70 R15, MÍNIMO DE LARG. 220 E ALTURA MÍNIMO DE 12 DE SUCO, 10 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.	868,25	8.682,50
25	12	UNID.	PNEU 235/75 R17,5, MISTO , MÍNIMO 200 LARGURA E ALT. 16 SUCO, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	1.880,75	22.569,00
26	30	UNID.	PNEU 7.50X16 BORRACHUDO LARG. 160 E 13,5 MM DE SUCO, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS	1.369,00	41.070,00
27	08	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, BORRACHUDO, LARGURA 270 MM, E 22 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.527,50	28.220,00
28	08	UNID	PNEU 295/80 R22,5, MISTO, LARGURA 250 MM, E 18 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS	3.517,50	28.140,00
29	08	UNID	PNEU 295/80 R22,5, LISO, LARGURA 250 MM, E 16 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.262,00	26.096,00
30	20	UNID.	PNEU 1000R20, BORRACHUDO, 230 LARG. MÍNIMO 16 DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.422,50	68.450,00
31	10	UNID	PNEU 1000R20, MISTO, 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA. FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.283,00	32.830,00



CAPITAL DO FELIÃO

32	20	UNID.	PNEU 1000R20, LISO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.150,25	63.005,00
33	08	UNID.	PNEU 1100 R22, MISTO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 15 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.494,25	27.954,00
34	20	UNID	PNEU 1100 R22, LISO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 16 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.372,00	67.440,00
35	20	UNID.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO MISTO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 18 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.519,25	70.385,00
36	05	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	4.883,75	24.418,75
37	08	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	6.123,00	48.984.00
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	5.013,75	35.096,25
39	6	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	2.041,50	12.249,00
40	6	UNID.	PNEU 12,5X80X18 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	2.172,75	13.036,50
41	6	UNID.	PNEU 12,5X80X17,5 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	1.890,00	11.340,00
42	6	UNID.	PNEU 14,9X28, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, TM95, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	3.976,75	23.860,50
43	6	UNID.	PNEU 18,4X30, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	4.686,25	28.117,50

1.103.085,50

CÂMARAS DE AR (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
44	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12X16,5)	186,50	3.730,00
45	12	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)	190,50	2.286,00
46	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	487,00	14.610,00
47	10	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 18,4X30)	479,25	4.792,50
48	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 19,5X24)	562,25	11.245,00
49	50	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	203,00	10.150,00
50	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	218,00	8.720,00
51	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1400X24)	443,75	17.750,00

73.283,50

PROTETORES DE CÂMARA DE AR (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
52	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	299,75	8.992,50
53	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)	55,50	1.665,00
54	70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	86,37	6.045,90
55	40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	93,81	3.752,40

20.455,80

RODAS (EXCLUSIVO ME/EPP)

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
56	20	UNID.	Rodas para uso sem cámara 8.25x22,5 de ferro 10 furos para uso em pneus 295/80R22,5 S/C	1.287,00	25.740,00



PNEUS (AMPLA CONCORRÊNCIA)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
57	22	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, BORRACHUDO, LARGURA 270 MM, E 22 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.527,50	77.605,00	*
58	22	UNID	PNEU 295/80 R22,5, MISTO, LARGURA 250 MM, E 18 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS	3.517,50	77.385,00	1
59	22	UNID	PNEU 295/80 R22,5, LISO, LARGURA 250 MM, E 16 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.262,00	71.764,00	K
60 🚁	30	UNID	PNEU 1000R20, MISTO 7230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.283,00	98.490,00 ;	-
61	60	UNID.	PNEU 1000R20, LISO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.150,25	189.015,00	
62	, 22	UNID.	PNEU 1100 R22, MISTO., MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 15 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO,	3.494,25	76.873,50	]
63	15	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	4.883,75	73.256,25	<b>k</b> .
64	22	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	6.123,00	134.706,00	3

799.094,75

- **7.3.** Os valores dos itens apresentados nas propostas não poderão ser superiores aos valores acima descritos.
  - **7.3.1.** O valor total dos itens deste Termo de Referência totalizam a importância de R\$ 2.021.659,55 (Dois milhões vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
- **7.4.** A empresa licitante que apresentar os valores superiores aos informados no item 7.2 deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação da etapa de lances.
- **7.5.** Os itens descritos no item 7.2 são para formular o valor unitário das quantidades, dessa forma, a empresa que efetuar sua proposta com valores acima dos descritos serão desclassificados nos itens que se apresentarem irregulares, independentemente se o valor total do lote estiver abaixo do indicado.

### 8. REQUISITOS ADMINISTRATIVOS

- **8.1.** Documentação fiscal: os materiais devem ser entregues acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação da quantidade entregues.
- **8.2.** Os materiais devem ser entregues nas quantidades requeridas, obedecendo todas as descrições em edital, inclusive no que diz respeito à apresentação.
- **8.3.** Os preços devem estar descritos em documento fiscal especificados: unitário e preço total de acordo com o especificado no pregão.

### 9. DEMAIS REQUISITOS

- **9.1.** As empresas adjudicatárias deverão atender os requisitos como seguem:
  - Av. Brasil, 245 Fone/Fax: (45) 3235-1212 CEP 85485-000 Três Barras do Paraná PR CNPJ 78.121.936/0001-68 E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br



CAPITAL DO FELIÃO

- **9.1.1** Os materiais devem ser entregues por item com seus respectivos quantitativos na nota fiscal;
- **9.1.2.** Os produtos deverão possuir data de fabricação igual ou inferior a 06 (seis) no momento da entrega.
- **9.1.3.** Os produtos deverão ter garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para promover e preservar o conforto, estabilidade e segurança.
- 9.2. Os produtos deverão ser novos e de boa qualidade obedecendo ao que segue:
  - **9.2.1.** Com referência a qualidade dos produtos, os mesmos deverão ter certificação do INMETRO, exceto para os pneus relativos a máquinas pesadas, câmaras de ar e protetores de câmaras de ar. Para tanto aplicar-se-á a legislação vigente independentemente de transcrição neste Termo de Referência;
  - 9.2.2. O fornecedor deverá apresentar Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou importados, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados.

### 10. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

- **10.1.** O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.
  - **10.1.1.** Ficam designados como gestores deste contrato:
  - a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF nº 038.501.089-37;
  - b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF nº 034.861.709-70
  - c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretario Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF nº 000.278.879-95
  - d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretario Municipal de Esportes, CPF/MF Nº 014.437.219-30
  - e) Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA, Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF/MF Nº 498.877.009-59
  - 10.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

JOSÉ LUIZ BERNS, Diretor de Departamento de Limpeza Urbana, CPF nº 635.385.049-20, fiscal titular;

DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF nº 034.712.459-36, fiscal suplente;

- **10.1.3.** O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.
- **10.2.** Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos na Ata de Registro de Preços, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.



- **10.3.** Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.
- **10.4.** As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- **10.5.** A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.
- 10.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados.

# VALE DO IGUAÇU

### COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

RAZÃO SOCIAL: VALE DO IGUACU COMERCIO DE PNEUS LTDA

CNPJ: 12.324.320/0001-85

ENDEREÇO: AV. IPE 2850 - BAIRRO PROGRESSO - QUEDAS DO IGUACU - PARANA 85460-000

### COTÂÇÃO DE PREÇO

LOTE 01 - PNEUS

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	50	UNIÐ.	PNEU 175X76 R13, RADIAL SEM CÁMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	GOODYEAR KELLY EDGE	R\$ 450,00	R\$ 22.500,00
2	20	UNID	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	GOODYEAR KELLY EDGE	R\$ 420,00	R\$ 8.400,00
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	KAMA BREEZE	R\$ 450,00	R\$ 13.800,00
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	KAMA BREEZE	R\$ 490,00	R\$ 14.700,00
5	10	UNID.	PNEU-185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)	HIFLY SUPER 2000	RS 600,00	R\$ 6.000,00
6	30	UNID	PENU 185X80 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	XBRI ECOLOGY	R\$ 480,00	R\$ 14.400,00
7	30	UNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	XBRI ECOLOGY	R\$ 495,00	R\$ 14.850,00
8	30	UNID	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	XBRI ECOLOGY	R\$ 510,00	R\$ 15.300,00
9	20	UNID.	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	X8RI ECOLOGY	R\$ 530,00	RS 18.600,00
10	20	UNIÐ.	PNEU 195X65 R15; RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASPALTO	XBRI ECOLOGY	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00
11	20	UNID.	PNEU 205X70 R15, MINIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	HIFLY SUPER 2000	R\$ 680,00	R\$ 13,600,00
12	- thro	UNID	PNEU 205X50 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO,	HIFLY HF	R\$ 580,00	R\$-6.960,00
13	12	UNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	HIFLY HF	P\$ 600,00	R\$ 7.200,00
14	10	UNID.	PNEU 205X55 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	HELYHE	R\$ 640,00	R\$ 5,400,00
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CÂMARA,	HIFLY SUPER	R\$ 680,00	RS 20,400,00



CNPJ: 12.324,320/0001-86 — Insc. Est: 99528983-71 AVENIDA IPÈ: 2550 —PROCRESSO — FONE/FAX: (46) 3532-3210

CEP 85450-060 - QUEDAS DO IGLAÇU -PR - valeigoneus@hotmail.com

# VALE DO IGUAÇU COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

	vellenweethe	DAY SHIP CONTROL	FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	2090	-Carrier and Carrier and Carri	
16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ÁSFALTO.	HIFLY SUPER 2000	R\$1.100,00	R\$ 22,000,00
17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LÓNAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	HIFLY SUPER 2000	R\$ 980,00	R\$ 29.400,00
18	20	UNID.	PNEU 225X75 R16, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	HIFLY SUPER 2000	R\$1.100,00	R\$ 22,000,00
19	10	UNIO.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	TRIANGLE TSH 11	R\$ 700,00	R\$ 7.900,00
20	40	UNID.	PNEU 175X65 R14, redial L SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASPALTO	KAMA BREEZE	R\$ 450,00	R\$ 18.000,00
21	O CONTRACTOR OF THE PROPERTY O	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, largura mínima de 200 e 12mm de suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	HIFLY SUPER 2000 BKT	R\$1.660,00	R\$ 48.000,00
22	40	UNID	PNEU 215X75 R17,5, borrachudo, larg: Minima 190 e 14,5 suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	BOTG BT 957	R\$ 1600,00	R\$ 64,000,00
23	30	UNID,	PNEU 215X75 R17,5, LISO, larg. Minima 190 e 13,5 suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	BOTO BT 926	R\$ 1500,00	R\$ 45.000,00
24	10	UNID.	PNEU 235/70 R15, mínimo de larg. 220 e aitura mínimo de 12 de suco, 10 lonsa, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.	HIFLY	R\$ 850,00	R\$ 8.500,00
25	12	UNID.	PNEU 235/75 R17.5, misto , minimo 200 largura e ait. 16 suco, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	DOUBLESTAR DSR266	RS 1900,00	R\$ 22.800,00
26	30	UNID	PNEU 7,50X16 borrachudo larg, 150 e 13,5 mm de suco, Minimo 12 Lonas, com USO DE CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS	GOODRIDE CR 852	RS \$550,00	R\$ 46.500,00
27	30	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, borractiedo, largura 270 mm, e 22 de suco. MiNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CAMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou tenerios mistos.	MARSHALL KRD 02	R\$ 3860,06	R\$114,000,00
28	30	סואט	PNEU 295/80 R22,5, misto, largura 250 mm, e 18 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos	MARSHALL KRD 02	R\$ 3800,00	R\$114.000,00
29	30	UNID	PNEU 295/80 R22.5, liso, largura 250 mm, e 16 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	MARSHALL KRS 50	R\$ 3600,00	R\$108.000,00



CNPJ; 12:324,320/0001-86 — Trisc. Est, 90528983-71 AVENIDA IPÈ, 2850.—PROGRESSO — PONE/FAX; (46) 2533-3210

CEP: 85460-000 - QUEDAS DO IGUAÇU - PR - Valeigoneus@hotmail.com

# VALE DO IGUAÇU COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

	1		1		TOTAL	R\$ 2.005,670,00
43	5	UNIO	PNEU 18,4X30. AGRICOLA, MINIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	APOLLO HCR1	RS 4300,00	R\$ 25.800,0
42	6	UNID.	PNEU 14,9X28, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, TM95, COM USO DE CÁMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	LOADMAXX	R\$ 4.060,00	R\$ 24.360,0
41	6	UNID.	PNEU 12,5X80X17,5 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		*	
40	6	סואט.	PNEU 12,5X80X18 R4, MINIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	SUPERGUIDER QH603N	R\$ 1950,60	RS 11:700;0
-39	ŝ	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	FORERUNNER SKS 1TL	R\$ 2.100,00	R\$ 12.600,0
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MINIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	TITAN SUREGRIP	R\$ 4,800,00	RS 33.600,0
37	30	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MINIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS,	SUPERGUIDER G2/L2	R\$ 6.300,00	R\$189.000,0
36	20	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	SUPERGUIDER G2/L2	R\$ 4950,00	R\$ 99.000.0
35	20	UNIO.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO misto , mínimo 240 larg e mínimo 18 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, banda pré-moidada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	MARSHAL KRD 03	R\$ 3750,00	R\$ 75.000,0
34	20	UNID	CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	MARSHALKRS 03	R\$ 3590,00	R\$ 71.800,0
33	30	UNID.	PNEU 1100 R22, miste , minimo 240 larg e minimo 15 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário	MARSHAL KRD 03	R\$ 3750,00	R\$112.500,0
32	80	UNID.	PNEU 1000R20, liso , 230 larg. Minimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário	DRC 661	R\$ 3450,00	R\$276.000,0
31	40	UNID	PNEU 1000R20, misto , 230 larg. Minimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.		R\$ 3650,00	R\$146.000,0
30	20	UNIO.	PNEU 1000R20, borrachudo , 230 larg, Minimo 16 de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.		R\$ 3650,00	R\$ 73.000,0



CNFJ: 12:324:520/0001-86 - Insc. Est: 90528983-71 AVENIDA IPE, 2850 - PROGRESSO - PONE/PAX: (46) 3532-3210 CEP. 85460-000 - QUEDAS DO IGUAÇU - PR - <u>valeigonieus@hotmail.com</u>

# VALE DO IGUAÇU COMÉRCIO DE PNEUS LTDA

### LOTE 02 - CÂMARAS DE AR

ITEM	QTDE	סואט.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	ÚNID:	CÂMARA DE AR (PNEU 12X16,5)	RS TR15	R\$ 205,00	R\$ 4.100,00
2	12	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)	RS TR15	R\$ 210,00	R\$ 2.520,00
3	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	RS TR22A	R\$ 495,00	R\$ 14.850,00
4	10	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 18,4X30)	RS TR218A	R\$ 485,00	R\$ 4,350,00
.5	20	UNID.	CÁMARA DE AR (PNEU 19,5X24)	RS TR218A	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
6	50	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1800X20)	RS V3-06-5	R\$ 210,00	R\$ 10.500,00
7	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1190X22)	RS V3-08-5	R\$ 230,00	R\$ 9.200,00
8	40	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 1400X24)	RS TR78A	R\$ 470,00	R\$ 18.800,00
					TOTAL	R\$ 76.820,00

### LOTE 03 - PROTETORES DE CÂMARA DE AR

ITEM	GTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	RUZI ANEL DE BORRACHA	R\$ 325,00	R\$ 9750,00
2	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)	RUZI ANEL DE BORRACHA	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
3	70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	RUZI ANEL DE SORRACHA	R\$ 95,00	RS 6,650,00
4	40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X2Z)	RUZI ANEL DE BORRACHA	R\$ 105,00	R\$ 4,200,00
					TOTAL	R\$ 22.400,00

### LOTE 04 - Rodas

ITEM	QTDE	 DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	20	Rodas para uso sem cămara 8.25x22,5 de femo 10 furos para uso em pneus 295/60R22,5 S/C	SPPED MAXX	PS-1250,00	R\$ 25,000,00

Carimbo e Assinatura

VALE DO IGUAÇU PNZUS CNPJ: 12.324.320/0001-86 (46) 3532-3218 QUEDAS DO IGUACU, 14 DE JULHO DE 2021



CNPJ, 12,324,320,0001-86 - Inst. Ex. 20528983-71 AVENIDA IPÈ, 2850 -PROGRESSO - FONE/FAX (46) 3532-5210

CEP: 85460-000 - QUEDAS DO IGUAÇU - PR - Valeigpneus@hotmail.com

;

RAZÃO SOCIAL: RENOVADORA DE PNEUS ISOTTON LTA-EPP

CNPJ: 04319280/0001-56

ENDEREÇO: RODOVIA PR 281KM 01 S/N

COTAÇÃO DE PREÇO

LOTE 01 - PNEUS

ITEM	OTDE	1 IRVED	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E	VALOR	VALOR
) ( <b>CR</b> 1	GIUC	UMED.	DESCRIÇÃO DOS FRODOTOS	MODELO	UNITÁRIO	TOTAL
1	50	UNID.	PNEU 175X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	COMNFORSER	R\$ 436,00	R\$ 21.800,00
2	20	UNIĐ	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASPALTO	COMFORSER	R\$ 407,00	R\$ 8:149,00
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAREM ASPALTO	APOLLO	R\$-446,00	R\$ 13.380,00
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	APOLLO	R\$ 475,00	R\$ 14.250,00
5	10	UNID.	PNEU 185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)	CONFORSER	R\$ 582,00	R\$ 5.820,90
6	30	UNID	PENU 185X60 R15, RADIAL SEM CÁMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	CONFORSER	R\$ 465,00	R\$ 13.950,00
7	30	UNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	CONFORSER	R\$ 480,00	R\$ 14.400,00
8	30	UNID	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	APOLLO	R\$ 494,00	R\$ 14.820,00
9	20	UNID	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	HIFLY	R\$ 514,00	R\$ 10.280,00
10	20	UNID.	PNEU 195X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	ADERENZA	R\$ 533,60	R\$ 10.660,00
11	20	UNIO.	PNEU 205X70 R15, MINIMO & LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	LINGLONG	R\$ 559,00	R\$ 13.180,00
12	12	UNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	LINGLONG	R\$ 562,00	R\$ 6.744,00
13:	12	UNID	PNEU 205X60 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	UNGLONG	R\$ 582,00	R\$ 6.984,00
14	10	טאָים.	PNEU 205X55 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	GOODYEAR EAGLE	R\$ 620,00	R\$ 6.200,00
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	GOODYEAR	R\$ 659,00	R\$ 19.770,00

1

16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	GOODYEAR	R\$1.067,00	R\$-21.340,00
17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	GOODYEAR	R\$ 950,00	R\$ 28.500,00
18	20	UNID.	PNEU 225X75 R18, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	BRIDGESTONE	R\$1.067,00	R\$ 21.340,00
19	10	UNID.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	BRIDGESTONE	R\$ 636,00	R\$ 6,360,00
20	40	UNID:	PNEU 175X65 R14, radial L SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	PIRELUI FORMULA	R\$ 435,00	R\$ 17.400,00
21	30	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, largura mínima de 200 e 12mm de suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	TINGTONG	R\$1.550,00	R\$ 46.500,00
22	40	UNID	PNEU 215X75 R17,5, borrachudo, larg. Minima 190 e 14,5 suco, MINIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	DOUBLESTAR	R\$ 1552,00	R\$ 62.080,00
23	30	UNID.	PNEU 215X75 R17,5, LISO, larg. Minima 190 e 13,5 suco, MINIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR redoviário.	DOUBLESTAR	R\$ 1455,00	R\$ 43,650,00
24	10	UNID.	PNEU 235/76 R15, mínimo de larg. 220 e altura mínimo de 12 de suco, 10 lonas, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.	FIRESTONE	R\$ 824,00	R\$ 8,240,00
25	12	UNID.	PNEU 235/75-R17,5, misto , mínimo 200 largura e alt. 16 suco, RADIAL SEM CÂMÂRA, FINALIDADE FRAFEGAR EM ASFALTO.	LING LONG	RS 1843,00	R\$ 22.116,00
26	30	UNID.	PNEU 7.50X16 borachudo larg. 160 e 13,5 mm de suco, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS	PIRELLI	R\$ 1230,00	R\$ 36.900,00
27	30	UNID:	PNEU 295/80 R22,5, borrachudo, largura 270 mm, e 22 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pre-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos. SP835	DUNLOP	R\$ 3686,00	R\$110,580,00
28	30	UNID	PNEU 295/80 R22,5, misto, largura 250 mm, e 18 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pre-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos. SP571	DUNLOP	R\$ 3650,00	<b>R\$</b> 409.500,00
29	30	UNID	PNEU 295/80 R22,5, liso, largura 250 mm, e 16 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.SP 320	DUNLOP	R\$ 3495,00	R\$104.850,00
30	20	UNID.	PNEU 1600R20, borrachudo , 230 larg. Minimo 16 de suco; 16 LONAS, RADIAL com CAMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para	DUNLOP	R\$ 3540,60	R\$ 70.860,00

I		}	utilização fora de estrada ou terrenos mistos.			
			SP 431A			
31	40	UNID	PNEU 1900RZO, misto , 230 targ. Minimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário SP571	DUNLOP	R\$ 3505,00	R\$140.200,00
32	80	UNID.	PNEU 1000R20, ilso , 230 larg. Mínimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RÁDIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviárioSP580	DUNLOP	R\$ 3346,00	R\$267.680,00
33	30	UNID.	PNEU 1100 R22, misto , mínimo 240 larg e minimo 15 mm de suco. MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário SP571	DUNLOP	R\$ 3637,00	R\$109,110,00
34	20	UNID	PNEU 1100 R22, Rso , mínimo 240 larg e mínimo 16 mm de suco, MINIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário .SP3517	DUNLOP	R\$ 3483,00	R\$ 69.660,00
35	20	UNID.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO misto, mínimo 240 larg e mínimo 18 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RÁDIAL com CÂMARA, banda prêmoldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos místos.	DFIRESTONE	R\$ 3638,00	R\$.72.760,00
36	20	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	FORERUNNER	R\$ 4805,00	R\$ 96,100,00
37	30	UNID	PNEU 17,5X25 L2, MINIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	FORRRUNNER	6.110,00	183.300,00
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	FORERUNNER	4.655,00	32.585,00
39	6	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	FORERUNNER	2.037,00	12.222,00
40	6	UNID.	PNEU 12,5X80X18 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	FORERUNNER	1.891,00	11,346,00
41	6	UNID.	PNEU 12,5X89X17,5 R4, MINIMO 12 LONAS, FINALIDADE MAQUINAS PESADAS.	JK	1.890,00	11.340,0
42	6	UNID.	PNEU 14,8X28, AGRICOLA, MINIMO 12 LONAS, TIM95, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	FORERUNNER	3.938,00	23,628,0
43	6	UNID.	PNEU 18,4X30, AGRÍCOLA, MINIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	FORERUNNER	4,300,00	25.800,0
					TOTAL	R\$ 1.946.265,00

LOTE 02 - CÂMARAS DE AR

TEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 12X16,5)	MAGGION	197,00	3.940,00
2	12	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)	MAGGION	203,00	2,436,00
3	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	MAGGION	480,00	14.400,00
4	10	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 18,4X39)	MAGGION	470,00	4.700,00
5	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 19,5X24)	MAGGION	580,00	11.600,00
6	50	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	MAGGION	203,00	10.150,00
7	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	MAGGION	223,00	8.920,00
8	40	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 1400X24)	MAGGION	455,00	18.200,00
			<u></u>		TOTAL	R\$ 74.346,00

### LOTE 03 - PROTETORES DE CÂMARA DE AR

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR: TOTAL
1	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEÚ 17,5X25).	MAXXICARGO	315,00	9.450,00
2	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)	MAXXICARGO	57,00	1.710,00
3	70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	MAXXICARGO	92,00	6.440,99
4	40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	MAXXICARGO	101,00	4.040,00
		<u> </u>		.,	TOTAL	R\$ 21.640,00

LOTE 04 - Rodas

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	1.17.611.1	Rodas pera uso sem câmara 8.25x22,5 de ferro 10 furos para uso em pneus 295/80R22,5 S/C	SPEED MAX	1.210,00	24.200,00

Carimbo e Assinatura

RENOMBORADE PIEUS SOTTOMUTIA Dols Vizinhos, 15 de Julho de 2016) 04/319.280/0001-56

SUL REAL COM. DE PNEUS

VIALATERAL, BR 158 DÓRICO TARTARI, 5830 CEP 85503-310 PATO BRANCO

RAZÃO SOCIAL: SULREAL COMERCIO DE PNEUS-LTDA

CNPJ: 81.478.513/0001-04

ENDEREÇO: VIA LATERAL DORICO TARTARI - 5830 - PATO BRANCO-

### COTAÇÃO DE PREÇO

### LOTE 01 - PNEUS

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	50	UNID.	PNEU 175X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	422,00	21.100,00
2	20	UNID	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	409,00	8.180,00
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	435,00	13.050,00
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	460,00	13.800,00
5	10	UNID.	PNEU 185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)	LING LONG	564,00	5.640,00
6	30	UNID	PENU 185X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	451,00	13.530,00
7	30	UNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	465,00	13.950,00
8	30	UNID	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	478,00	14.340,00
9	20	UNID.	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	497,00	9.940,00
10	20	UNID.	PNEU 195X65 R15, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	517,00	10:340,00
11	20	UNID.	PNEU 205X70 R15, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	LING LONG	639,00	12.780,00
12	12	UNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	GOODRIDE	545,00	6.540,00
13	12	UNID	PNEU 205X60 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	564,00	6.768,00
14	10	UNID.	PNEU 205X55 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	X BRI	600,00	6.000,00
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	X BRI	637,00	19,110,00
16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO:	LING LONG	1,035,00	20,700,00

					V	
17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	LINGLONG	940,00	28.200,00
18	20	טואט.	PNEU 225X75 R16, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	LINGLONG	1.042,00	20.840,00
19	10	UNID.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CAMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	X BRI	679,00	6.790,00
20	40	UNID.	PNEU 175X65 R14, radial L SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	WESTLAKE	428,00	17.120,00
21	30	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, largura minima de 200 e 12mm de suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	TING FONG	1.506,00	45.180,00
22	40	UNID	PNEU 245X75 R17,5, borrachudo, larg. Minima 190 e 14,5 suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	TRIANGLE	1.558,00	62,320,00
23	30	UNID.	PNEU 215X75 R17,5, LISO, larg: Minima 190 e 13,5 suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	TRIANGLE	1,433,00	42.990,00
24	10	UNID.	PNEU 235/70 R15, mínimo de larg. 220 e altura mínimo de 12 de suco, 10 lonas, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.	HIFLY	799,00	7.990,00
25	12	UNID.	PNEU 235/75 R17,5, misto , mínimo 200 largura e alt. 16 suco, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.		1.780,00	21,360,00
26	30	UNIÐ.	PNEU 7.50X16 borrachudo larg. 150 e 13,5 mm de suco, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS	ANTEO	1.196,00	35.880,00
27	30	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, borrachudo, largura 270 mm, e 22 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	CONTINENTAL	3,624,00	108,720,00
28	30	UNIÐ	PNEU 295/80 R22,5, misto, largura 250 mm, e 18 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pré-moldada de atto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	CONTINENTAL	3,620,00	108,600,00
29	30	UNID	PNEU 295/80 R22,5, liso, largura 250 mm, e 16 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	1	3.453,00	103.590,00
30	20	UNID.	PNEU 1000R20, borrachudo , 230 larg. Minimo 16 de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	CONTINENTAL	3.500,00	70.006,00
31	40	UNID	PNEU 1000R20, misto , 230 larg. Minimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.		3_477,00	139,080,00



32	80	UNID.	PNEU 1000R20, liso , 230 lerg. Mínimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário	CONTINENTAL	3.305,00	264.400.00
33	30	UNID:	PNEU 1100 R22, misto , mínimo 240 larg e minimo 15 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR, rodoviário	CONTINENTAL	3.590,00	107.700,00
34	20	UNID	PNEU 1100 R22, liso , mínimo 240 larg e mínimo 16 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário .	CONTINENTAL	3.415,00	68:390,00
35	20	UNID.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO misto , mínimo 240 larg e mínimo 18 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	CONTINENTAL	3689,00	73.780,90
36	20	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	BKT	4.780,00	95.660,00
37	30	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	вкт	6.982,00	182.460,00
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	вкт	4.600,00	32,200,00
39	6	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	вкт	2.029,00	12.174,00
40	6	UNID.	PNEU 12,5X80X18 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS:	вкт	1850,00	11.100,00
41	6	UNID.	PNEU 12,5X80X17,5 R4, MÍNIMO 12 LÓNAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	вкт		
42	6	UNID.	PNEU 14,9X28, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, TM95, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	BKT	3,909,00	23.454,60
43	6	UNID.	PNEU 18,4X30, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	1	4.145,00	24.870,00
	<u> </u>				TOTAL	R\$ 1.905.466,00

### LOTE 02 - CÂMARAS DE AR

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12X16,5)	ОВОМ	194,00	3.880,00
2	12	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)	QBOM	199,00	2.388,00
3	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	QBOM	473,00	14,190,00
4	10	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 18,4X30)	QBOM	462,00	4.620,00

8	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1400X24)	QBOM	450,00 TOTAL	18.000,00 R\$ 73.168,00
7	40		CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	QBOM	219,00	8.760,00
6	50	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1000X26)	QBOM	199,00	9.950,00
5	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 19,5X24)	QBOM	569,00	11.380,00

### LOTE 03 - PROTETORES DE CÂMARA DE AR

QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	ZANAFLEX	309,00	9.270,00
30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)	ZANAFLEX	55,00	1,650,00
70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1060X20)	ZANAFLEX	88,50	6.195,00
40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	ZANAFLEX	99,25	3.970,00
1			ety .	TOTAL	R\$ 21.085,00
	30 30 70	30 UNID. 30 UNID. 70 UNID.	30 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)  30 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)  70 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1069X26)	MODELO  30 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)  30 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)  ZANAFLEX  70 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1060X26)  ZANAFLEX	OTDE UNID. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS MODELO UNITÁRIO  30 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25) ZANAFLEX 309,06  30 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16) ZANAFLEX 55,00  70 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1060X26) ZANAFLEX 88,50  40 UNID. PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22) ZANAFLEX 99,25

LOTE 04 - Rodas

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20		Rodas para uso sem câmare 8-25722,5 de femo 10 furos para uso em ppeus 295/80R22,5 S/C		1.188,00	23.760,00

Carimbo e Assinatura

81.478.513/0001-04

SUL REAL COM. DE PNEUS LTDA

VIA LATERAL, BR 158 DÓRICO TARTARI, 5830 CEP 85503-310

PATO BRANCO

PR

Pato Branco - 16 de julho de 2021

# 707 493 402/0001-14

SIMÃO CIRINEU AQSENEN & CIA LTDA

GUARAPUAVA, 19 DE JULHO DE 2021.

RAZÃO SOCIAL: SIMAO CIRINEU AQSENEN E CIA LTDA.

RUA CORONEL LUSTOSA, 755 - CENTRO

CEP 8525-060 GUARAPUAVA PR

CNPJ: 07.493.402/0001-14

ENDEREÇO: RUA VICENTE MACHADO 2188 GUARAPUAVA PARANA

### COTAÇÃO DE PREÇO

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	50	UNID.	PNEU 175X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	400,00	20.000,00
2	20	UNID	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	400,00	8.000,00
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFÁLTO	500,00	15.000,00
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	500,00	15.000,00
5	10	UNID.	PNEU 185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)	600,00	6.000,00
6	30	DINU	PÉNU 185X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	600,00	18.000,00
7	30	UNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	600,00	18.000,00
8	30	סואט	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	600,00	15.000,00
9	20	UNID.	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	600,00	12.000,00
10	20	UNID.	PNEU 195X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	600,00	12.000,00
11	20	UNID.	PNEU 205X70 R15, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	700,00	14.000,00
12	12	UNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	700,00	8.400,00
13	12	UNID	PNEU 205X60 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	700:90	8.400,00
14	10	UNID.	PNEU 205X55 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	650,00	6,500,00
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	700,00	21,000,00
16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	800,00	16.000,00

17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	800,00	24.000,00
18	20	UNID.	PNEU 225X75 R16, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	900,000	18,000,00
19	10	UNID.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	1.000,00	10.000,00
20	40	UNID.	PNEU 175X85 R14, radial L SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	500,00	20.000,00
21	30	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, lergura mínima de 200 e 12mm de suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	1.000,00	30.000,00
22	40	DINU	PNEU 215X75 R17,5, borrachudo, larg. Minima 190 e 14,5 suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	1.200,00	48.000,00
23	30	UNID.	PNEU 215X75 R17,5, LISO, larg. Minima 190 e 13,5 suco, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	1.000,00	30,000,00
24	10	UNID.	PNEU 235/70 R15, mínimo de larg. 220 e alture mínimo de 12 de suco, 10 lonas, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.	1.000,00	10,000
25	12	UNID.	PNEU 235/75 R17,5, misto , mínimo 200 largura e alt. 16 suco, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	2.000,00	24.000,00
26	30	UNID.	PNEU 7.50X16 borrachudo larg, 160 e 13,5 mm de suco, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS	1.500,00	45.000,00
27	30	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, borrachudo, largura 270 mm, e 22 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	3.000,000	90.600,00
28	30	UNID	PNEU 295/80 R22,5, misto, largura 250 mm, e 18 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos	3,000,00	90.000,00
29	30	UNID	PNEU 295/80 R22,5, ilso, largura 250 mm, e 16 de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	2.500,00	75.000,00
30	20	UNID.	PNEU 1000R20, borrachudo , 230 larg. Mínimo 16 de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, banda prémoldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	3.000,00	62,000,00
31	40	UNID	PNEU 1000R20, misto , 230 larg. Mínimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário.	2.500,00	10.000,00

32	80	UNID.	PNEU 1000R2C, ilso , 230 larg. Mínimo 15 mm de suco, 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário	2.500,00	200,000,00
33	30	UNID.	PNEU 1100 R22, misto, mínimo 240 larg e mínimo 15 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário	3.000,00	90.000,00
34	20	DINU	PNEU 1100 R22, liso , mínimo 240 larg e mínimo 16 mm de suco, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR rodoviário .	3.000,00	60.000,00
35	20	UNID.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO misto, mínimo 240 larg e mínimo 18 mm de suco, MíNIMO 16 LONAS, RADIAL com CÂMARA, banda pré-moldada de alto poder de tração para utilização fora de estrada ou terrenos mistos.	3.000,00	60.600,00
36	20	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	5.000,00	100.600,00
37	30	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	6,000,00	180,000,00
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	6.000,00	42.000,00
39	6	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	2.000,00	12.600,00
40	6	UNID.	PNEU 12,5X80X18 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	3.000,00	18.600,00
41	6	UNID.	PNEU 12,5X80X17,5 R4, MINIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		
42	6	UNID.	PNEU 14,9X28, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, TM95, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	4,000,00	24.600,00
43	6	UNID.	PNEU 18,4X30, AGRICOLA, MINIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	6.000,000	36,000,00

пем	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
1	20	UNID.	CĂMARA DE AR (PNEU 12X16,5)	150,00	3.000,00
2	12	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)	150,00	1.800,00
3	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	500,00	15.600,00
4	10	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 18,4X30)	500,00	5,000,00
5	20	UNID.	CĂMARA DE AR (PNEU 19,5X24)	500,00	10.000,00
6	50	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 1000X20)	200,00	18,000,00
7	40	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 1100X22)	200,00	8.000,00

8	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1400X24)	400,00	16,000,00
	İ				

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	250,00	7.500,00
2	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)	50,00	1.500,00
3	70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	70,00	4,900,00
4	40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	70,00	2.800,00

LOTE 04 - Rodas

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	20	UNID.	Rodas para uso sem câmara 8.25x22,5 de ferro 10 furos para uso em pneus 295/80R22,5 S/C	SPSMAX	1.500,00	30,000,00

VALIDADE: 60 DIAS ENTREGA: 30 DIAS

Atenciosamente,

Simao Cirineu Aqsenen 694.108.109-06 707 493 402/0001-147

SIMÃO CIRINEU AQSENEN & CIA LTDA

RUA CORONEL LUSTOSA, 755 - CENTRO

CEP 8525-060 GUARAPUAVA PR



Três Barras do Paraná/PR, 21 de julho de 2021.

DE:

Gabinete do Prefeito Municipal

PARA:

Secretaria da Fazenda/Departamento de Contabilidade

Departamento de Licitações

Assessoria jurídica

Preliminarmente a autorização solicitada, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

a) Indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face a despesa;

b) Elaboração de Impacto Orçamentário Financeiro;

c) Elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação.

d) Ao exame e aprovação da minuta indicada no item "c".

Após, voltem-me conclusos.

GERSO FRANCISCO GUSSO Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Três Parras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná 21 de julho de 2021.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Departamento de Contabilidade

Prezado Sr. Leomar A. Rotta

Referente ao Processo Administrativo nº 94/2021 com objetivo de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

A dotação orçamentária necessária para fazer face às despesas no exercício de 2021 é de R\$ 673.886,52 (Seiscentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

Atenciosamente.

GERSO FRANCISCO GUSSO Prefeito Municipal



### REMESSA

Conforme manifestação do Exmo. Sr. Prefeito no Processo Administrativo nº 94/2021 (página 27), remeto os Autos ao:

- a) Departamento de Contabilidade para manifestação sobre o solicitado no item "a" do referido memorando.
- b) Secretaria de Finanças para manifestação sobre o solicitado no item "b" do referido memorando.

Três Barras do Paraná/PR, 21 de julho de 2021.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA ØENNING
Diretora do Departamento de Licitações

# Prefeitura Municipal de Três Parras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

Três Barras do Paraná, 30 de julho de 2021.

De: Dpto de Contabilidade Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao contido no processo administrativo sob nº 94/2019, em especial, as páginas nº 27, 28 e 29, informa a existência de previsão orçamentária suficiente para a realização das despesas pretendidas até o limite requerido, ou seja, R\$ 2.021.659,55 (dois milhões, vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), sendo que R\$ 673.886,52 (seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) para o presente exercício e os demais valores para o exercício seguinte, conforme dotações abaixo relacionadas:

- a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00
- **b)** 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00
- c) 05.03.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00
- d) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00
- e) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00
- f) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00
- g) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00
- h) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00
- i) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00
- j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00
- k) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00
- I) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00
- m) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00
- n) 10.01.20.606.0015.2.041.000/3.3.90.30.00

o) 10.02.18.541.0016.2.042.000 3.3.90.30.00

Atenciosamente,

Contador CRC Nº PR - 052743/0



Três Barras do Paraná/PR, 30 de julho de 2021.

De: Secretaria Municipal da Fazenda

Para: Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor,

De posse do Processo Administrativo com o objetivo de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ" passamos a analisar o IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO.

Consta no processo a informação do Departamento de Contabilidade, a qual relata a existência de dotação orçamentária suficiente para a contabilização do valor requerido.

O valor máximo apresentado na solicitação da abertura de procedimento licitatório e fixado na solicitação (R\$ 2.021.659,55) está dentro dos limites orçamentários desta municipalidade, sendo o mesmo compatível com as condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem causar prejuízos às ações em execução, atendendo dessa forma, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Respeitosamente,

CARMEN BRANDINI FONGARO Secretária Municipal da Fazenda



### TERMO DE RECEBIMENTO E JUNTADA

Certifico que recebi e juntei, nesta data, oriundo do Departamento de Contabilidade e da Secretaria de Finanças, os autos relativos ao Processo Administrativo nº 94/2021 atendendo respectivamente aos itens "a" e "b" da manifestação do Sr. Prefeito (pág. 27).

Três Barras do Paraná/PR, 30 de julho de 2021.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA DENNING Diretora do Departamento de Licitações

# Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

## CAPITAL DO FEIJÃO

PUBLICADO EM:

06/01/201L

Jornal AM
Página 287

Edição 2236

Varine

DECRETO Nº 4412/2021 Data: 05/04/2021

**Súmula:** Substitui pregoeiro e membros da Equipe de Apoio e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso da competência prevista no inciso II, do artigo 30 da Constituição Federal, bem como as atribuições de que trata o inciso V, do artigo 56 da Lei Orgânica do Município e, para cumprir o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com observância do disposto nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

### RESOLVE:

Art. 1°. Fica substituído e designado o Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios na modalidade Pregão prevista na Lei Federal nº 10.520/2002, sendo o seguinte servidor:

Pregoeiro(a): FERNANDO HENRIQUE PIZZATO - CPF πº 081.574.749-73

Parágrafo Único. Quando das situações de impedimentos ou ausências do Pregoeiro assumira como Pregoeiro o 1º Membro Titular e convocará na ordem desta designação, caso julgar necessário, um membro suplente para auxiliar os trabalhos.

Art. 2º. Fica Igualmente, substituídos e designados a Equipe de Apoio dos Pregoeiros do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, com a finalidade de auxiliar nos trabalhos relativos aos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão prevista na Lei Federal nº 10.520/2002. A Equipe de Apoio será composta pelos seguintes servidores:

- 1º Membro Titular: VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING CPF Nº 068.960.809-
- 2º Membro Titular: VIVIANE RODRIGUES CPF 033.631.199-09
- 1º Membro Suplente: LUANA CRISTINA REFFATTI CPF nº 826.090.809-30;
- 2º Membro Suplente: CLEOZA ZAQUETA CPF 000.279.269-90

Parágrafo Único. Os membros suplentes da Equipe de Apoio somente atuarão nas situações de impedimentos ou ausência dos membros titulares ou quando houver a necessidade de mais pessoas para auxiliar o Pregoeiro. Os membros suplentes da Equipe de Apoio serão convocados pelo Pregoeiro, quando da necessidade, na quantidade em que necessitar.

Art. 3º. A investidura do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até a data de 31/12/2021, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o período subsequente.





# Prefeitura Municipal de Três Parras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial o Decreto nº 4252/2021 de 05/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três/Barras do Paraná/PR, em 05 de março de

GERSO FRANCISCO GUSSO Prefeito Municipal

# Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

PUBLICADO EM:
28/05/2021
Jornal App
Página 302 Edição 2273
Ass Responsável

LEI COMPLEMENTAR N° 03/2021 Data: 27/05/2021

**SÚMULA:** Altera a LC nº 01/2014, de 28 de outubro de 2014, para definir regras de participação de microempresas e empresas de pequeno porte local ou regional, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR.

**Art. 1º.** A Lei Complementar nº 01/2014, de 28/10/14, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.	34.	 	 	 

- § 6° A incidência da regra da exclusividade da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deve ser analisada com base no valor individual estimado para cada item ou lote, definido no inciso III do § 1° deste artigo.
- § 7°. Para a formação do valor máximo da licitação, com a utilização do disposto nesta Lei será obrigatória a cotação em no mínimo 02 (duas) empresas regionais, devendo os orçamentos obtidos para a formação do preço serem publicados juntamente com o edital da licitação.



<sup>§ 3</sup>º Nas licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte definidas no inciso III do § 1º deste artigo, no dia, hora e local designados para a realização da sessão pública para recebimento das propostas e lances, poderão participar dos lances no primeiro momento, apenas aquelas sediadas no município de Três Barras do Paraná, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, ser permitido a participação de microempresas e empresas de pequeno porte com sede regional. Inexistindo pelo menos 03 (três) microempresas e empresas de pequeno porte local ou regional, será permitida a participação na licitação de outras microempresas e empresas de pequeno porte.

<sup>§ 5°</sup> Para fins de definição de microempresas e empresas de pequeno porte regional, serão consideradas aquelas situadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.



### ESTADO DO PARANÁ

# Prefeitura Municipal de Três Parras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

Art. 2°. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Prês Barras do Paraná, 27 de maio de 2021.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



### MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2021

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

#### 1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar Municipal nº 03 de 27 de maio de 2021, realizará licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, típo avaliação MENOR PREÇO, empreitada por preço UNITÁRIO, objetivando a proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
- 1.2. O recebimento das propostas será até às Xh do dia XX DE XXXXX DE 2021.
- 1.3. A abertura das propostas terá início às Xh do dia XX DE XXXXX DE 2021.
- 1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às Xh do dia XX DE XXXXX DE 2021.
- **1.5.** O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil BLL (<a href="www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>) "acesso identificado no link licitações".
- 1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.
  - **1.6.1.** O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.
- **1.7.** Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.
- 1.8. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
  - **1.8.1.** O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra Estrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- **1.9.** Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

#### 2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE



## Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

TRÊS BARRAS DO PARANÁ., conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os equipamentos a ser ofertados/entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo VI).

### 3. DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

- 3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):
  - a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00;
  - b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00;
  - c) 05.03.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00;
  - d) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00;
  - e) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00;
  - f) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00;

  - g) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00;
  - h) 07.01.10.301.0008.2.009.000,3.3.90.30.00;
  - i) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00;
  - j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00; k) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00;
  - 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00;
  - m) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00;
  - n) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00;
  - o) 10.02.18.541.0016.2.042.000.3.3.90.30.00.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:
  - a) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
  - b) Lei Federal nº 10.520, 17 de julho de 2002;
  - c) Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
  - d) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
  - e) Lei Complementar Municipal nº 03, de 27 de maio de 2021.
  - f) Decreto Municipal nº 4412, de 05 de abril de 2021.

#### 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1. A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 5.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.
- 5.4. Poderão participar desta licitação empresas que:



- 5.4.1. Estejam legalmente constituídas e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 5.4.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- **5.4.3.** Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.
- **5.5.** Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e, **quando for o caso, que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).** 
  - 5.5.1. Os itens referentes aos Lotes 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 do objeto possuem a condição de AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, poderão participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas enquadradas em outros regimes (médio e grande porte);
    - **5.5.1.1.** Todas as empresas interessadas, independentemente do seu enquadramento, poderão cotar os preços dos itens pertencentes aos Lotes **57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64**, independente de seu enquadramento, sendo que será estendida as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a preferência na contratação, conforme preconiza os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
  - 5.5.2. Em cumprimento ao que estabelece o art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, combinada com a Lei Complementar Municipal 03 de 27 de maio de 2021, todos os itens pertencentes AOS DEMAIS LOTES (LOTE 01 À LOTE 56) da presente licitação destinam-se EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas nas regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná.
    - 5.5.2.1. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 03 de 27 de de 2021 podem participar da disputa dos itens **EXCLUSIVOS** Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas nos Municípios : OESTE: Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste. SUDOESTE: Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola d'Oeste, Planaito, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Barração, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge d'Oeste, Verê, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino.
    - **5.5.2.2.** A participação nos itens dos Lotes citados no item **5.5.2.** são expressamente destinados à Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, para licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame,



sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais

### 5.6. É vedada a participação de:

- 5.6.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **5.6.2.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal;
- 5.6.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná:
- 5.6.4. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;
- 5.6.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- **5.6.6.** Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR (Art. 9 da Lei 8666/93);
- 5.6.7. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- **5.6.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

#### **6. ELEMENTOS INSTRUTORES**

- **6.1.** O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.
- **6.2.** Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, <a href="https://www.tresbarras.pr.gov.br">www.tresbarras.pr.gov.br</a>, ou <a href="https://www.tresbarras.pr.gov.br">www.bll.org.br</a>.

### 7. DO CREDENCIAMENTO

- **7.1.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- **7.2.** Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido para MEI), **deverão identificar o seu enquadramento**, informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.
  - **7.2.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

### 7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES



CAPITAL DO FENÃO

- 7.3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.
- **7.3.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.
- **7.3.3.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa de Licitações do Brasil.
- **7.3.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL- Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.3.5.** O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **7.3.6.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail <u>contato@bll.org.br.</u>

### 8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **8.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **8.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **8.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **8.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **8.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **9.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - a) Valor Unitário;



- ---
  - b) Marca/Modelo.
  - 9.1.1. Caso a marca/modelo possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada, conforme item 10.3 do edital.
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- **9.4.** Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação...
- **9.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- **10.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 10.3. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.
  - **10.3.1.** Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.
  - **10.3.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - **10.3.3.** A não desclassificação da proposta não impede e seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **10.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **10.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



- CAPITAL DO PEUÃO
- **10.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.
- **10.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- **10.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.
- **10.11.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- **10.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **10.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- **10.14.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **10.15.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **10.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.
- **10.17.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **10.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **10.19.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **10.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.
- **10.21.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 10.22. Caso o licitante n\u00e3o apresente lances, concorrer\u00e1 com o valor de sua proposta inicial.



CAPITAL DO FELIÃO

- **10.23.** A prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte dos 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 será processada nos seguintes termos:
  - **10.23.1.** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática junto à Receita Federal, do porte da empresa. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e/ou empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação de valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
  - **10.23.2.** Nessas condições, as propostas de ME e/ou EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - **10.23.3.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - **10.23.4.** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, pra o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - **10.23.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP's que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor lance/oferta.
- **10.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
  - **10.24.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 10.24.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (ANEXO I), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
  - 10.24.3. Juntamente com a proposta adequada deverá encaminhar Prospecto/folder, cartilha ou qualquer outro documento idôneo, em língua portuguesa, que demonstre as especificações técnicas e instruções de uso do produto ofertado a fim de comprovar que o produto cotado atende as especificações exigidas (somente para pneus). Se impresso via internet deverá evidenciar o endereço para verificar a autenticidade; se cópia, deverá ser autenticada.
  - 10.24.4. Declaração (sem modelo definido no edital) de que o produto cotado terá 24 (vinte e quatro) meses de garantia contra defeitos de fabricação
- **10.25.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

**11.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7º e





CAPITAL DO FEUÃO

## Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná ESTADO DO PARANÁ

no § 9° do artigo 26 do Decreto nº 10.024/2019.

- **11.2.** Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 48, da Lei nº 8.666/1993.
  - **11.2.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
  - **11.2.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.
  - **11.2.3.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendose adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
    - **11.2.3.1.** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
    - 11.2.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
    - **11.2.3.3.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
    - 11.2.3.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
    - 11.2.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
    - 11.2.3.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
  - **11.2.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- **11.3.** O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- **11.4.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - 11.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **11.5.** Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **11.6.** Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.



CAPITAL DO FEJÃO

- **11.7.** O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
  - **11.7.1.** Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preco melhor.
  - **11.7.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **11.8.** Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- **11.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

#### 12. DA HABILITAÇÃO

- **12.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar nos itens destinados **exclusivamente para ME/EPP**, o pregoeiro verificará se a mesma está sediada nos Municípios elencados no **item 5.5.2.1**, em conformidade ao disposto na LC Municipal nº 03/2021.
  - **12.1.1** Caso a proponente não comprove através do contrato social que a sua sede se localiza na região apontada, o pregoeiro declarará o licitante desclassificado, por não atender aos critérios de participação.
- 12.2. O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) (<a href="https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx">https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx</a>).
  - **12.2.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
    - **12.2.1.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.
    - **12.2.1.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 12.2.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
  - **12.2.2.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.
  - **12.2.3.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a



disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

- **12.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- **12.4.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **12.5.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - **12.5.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- **12.6.** Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
  - 12.6.1. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:
    - **12.6.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
    - **12.6.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a>.
    - **12.6.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
    - **12.6.1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
    - **12.6.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
    - **12.6.1.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.
    - **12.6.1.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
    - **12.6.1.8.** Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
  - **12.6.2.** A **Regularidade Fiscal** e **Trabalhista** será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:
    - **12.6.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).



- **12.6.2.2.** Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 12.6.2.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- **12.6.2.4.** Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;
- **12.6.2.5.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;
- **12.6.2.6.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
- 12.6.3. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:
  - **12.6.3.1.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.
- 12.6.4. De forma a demonstrar sua Qualificação Técnica, os licitantes deverão apresentar:
- a) Mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Órgão Público ou Privado, onde conste a comprovação de execução de entrega de material pertinente e compatível com o objeto, atestando a qualidade, entrega, garantia do material cotado;
- b) Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou importados, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados;
- c) Certificado emitido pelo INMETRO Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados..
- 12.6.5. Deverá apresentar ainda as seguintes declarações e documentos:
  - **12.6.5.1.** Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando o cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do ANEXO II deste Edital;
  - **12.6.5.2.** Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do ANEXO IV deste Edital;
  - **12.6.5.3.** Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no ANEXO III.



- 12.6.5.4. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.
- **12.7.** A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
  - **12.7.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  - **12.8.1.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- **12.9.** Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **12.10.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.
- **12.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.
- 12.12. Dos itens relativos às cotas principais e reservadas para microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP):
  - **12.12.1.** Se a mesma licitante sagrar-se vencedora do item relativo à cota reservada para ME/EPP (lotes **27, 28, 29, 31, 32, 33, 36 e 37**), bem como do item de ampla participação (lotes **57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64**), prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles;
  - **12.12.2.** Não havendo licitante vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;
  - **12.12.3.** Quando não houver vencedor para a cota principal poderá haver adjudicação em favor da microempresa e/ou empresa de pequeno porte (ME/EPP) vencedora da cota reservada ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota reservada.



### 13. DOS RECURSOS

- **13.1.** Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- **13.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.
  - **13.2.1.** Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - **13.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 13.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

#### 14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- **14.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal juntamente com folder e/ou prospecto de cada item ganho conforme item **10.24.3** e o termo de garantia conforme item **10.24.4.** do edital.
- **14.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - **14.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- **14.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
  - **14.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- **14.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **14.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



GAPITAL DO PENÃO

**14.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### 15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - **15.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - **15.1.2.** Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,§1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **15.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - **15.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

### 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **16.1.** Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.
  - **16.1.1.** Se houver recurso(s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es) e à homologação do resultado do Pregão.

#### 17. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

- **17.1.** Será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar. Os mesmos serão convocados para que no prazo de 05 (cinco) dias assinem a mesma, sob pena de decair o direito na preferência da contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis.
- 17.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Três Barras do Paraná, poderá registrar os demais licitantes, na ordem de classificação, convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **17.3.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o artigo 64 da Lei nº 8.666/93.
- **17.4.** O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado, conforme previsto na Lei.

#### 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO

2 1. .

**18.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, das condições de garantia e fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



### 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 20. DO PAGAMENTO

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

#### 21. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- **21.1.** O licitante vencedor deverá entregar as mercadorias de acordo com as necessidades de consumo da Administração Pública, **sendo de forma parcelada**, após solicitação do Departamento de Compras, no prazo máximo de 10 (dez) dias, no local indicado pela Secretaria solicitante.
- **21.2.** O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias da notificação, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- **21.3**. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros.
- **21.4**. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- **21.5**. A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.
- 21.6. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- 21.7. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- **21.8.** Os produtos serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos.
- **21.9**. Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná ou em outro setor conforme designação da mesma, mediante emissão de solicitação.
- **21.10.** A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.
- **21.11.** O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 21.12. Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de



penalidades.

### 22. PREÇO (VALOR MÁXIMO)

- **22.1.** O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no item 7 do Termo de Referência (ANEXO VI), sendo que o valor total dos itens somam a importância de R\$ 2.021.659,55 (Dois milhões vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
- **22.2.** O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.
- 22.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
  - **22.3.1.** Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- **22.4.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### 23. PENALIDADES

- **23.1**. Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
  - **23.1.1.** Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;
  - **23.1.2.** Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (por cento) do total da proposta por dia de atraso ou de demora;
  - 23.1.3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplica-se o estabelecido no subitem 23.1.1, com prazo de até 02 (dois) días para a efetiva substituição do(s) produto(s) e serviço(s);
  - **23.1.4.** Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná, nos casos de:
    - a) Apresentação de documentação falsa;
    - b) Retardamento na execução do objeto;
    - Não manutenção da proposta escrita ou lance, após a adjudicação;
    - d) Comportamento inidôneo;
    - e) Fraude na execução do contrato;
    - f) Falha na execução do contrato.
  - **23.1.5.** Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.



- **23.1.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.
- **23.2.** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.
- **23.3.** As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

### 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- **24.1.** É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- **24.2.** O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.
- **24.3.** O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida a pregoeira, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail <u>licitacao@tresbarras.pr.gov.br</u>.
- **24.4.** Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.
- **24.5.** As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.
- **24.6.** As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

#### 25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- **25.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
  - I) Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
    - a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
    - b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
    - c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
    - d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
    - e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o



objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com públicos.

### 26. DISPOSIÇÕES FINAIS

- **26.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Três Barras do Paraná revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Três Barras do Paraná poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- **26.2.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- **26.3.** É facultado a pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **26.4.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo πο prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 26.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- **26.6.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- **26.7.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Municipio.
- **26.8.** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- **26.9.** Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- **26.10.** A pregoeira e equipe de apoio atenderá aos interessados no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 as 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro. Três Barras do Paraná/PR, para maiores esclarecimentos.
- 26.11. Os usuários dos sistemas de que trata o §2º do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.024/2019,



poderão utilizar o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores para fins habilitatórios.

**26.12.** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Pregoeira, nos termos da legislação pertinente em vigência.

#### 27. DO FORO

**27.1.** Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Catanduvas/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### 28. ANEXOS DO EDITAL

- 28.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
  - a) Anexo I Modelo da Proposta de Preços;
  - b) Anexo II Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação,
  - c) Anexo III Modelo de Declaração de Não Utilização de Trabalho de Menor,
  - d) Anexo IV Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Para Licitar;
  - e) Anexo V Minuta da Ata de Registro de Preços;
  - f) Anexo VI Termo de Referência.

Local e Data.

**GERSO FRANCISCO GUSSO** 

Prefeito Municipal



### ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL

Ao Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021.

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, (ENDEREÇO COMPLETO), através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

PNEUS (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE		DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	50	UNID.	PNEU 175X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
2	20	UNID	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
5	10	UNID.	PNEU 185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)			
6	30	UNID	PENU 185X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
7	30	UNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CĂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
8	30	UNID	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
9	20	UNID.	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	4-21-21-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-		
10	20	UNID.	PNEU 195X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
11	20	UNID.	PNEU 205X70 R15, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
12	12	UNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.			****
13	12	UNID	PNEU 205X60 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
14	10	UNID.	PNEU 205X55 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.			
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.			
16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.			
17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	<u> </u>		
18	20	UNID.	PNEU 225X75 R16, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.			
19	10	UNID.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
20	40	UNID.	PNEU 175X65 R14, RADIAL L SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO			
21	30	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, LARGURA MÍNIMA DE 200 E 12MM DE SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.			
22	40	UNID	PNEU 215X75 R17,5, BORRACHUDO, LARG. MINIMA 190 E 14,5 SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.			
23	30	UNID.	PNEU 215X75 R17,5, LISO, LARG. MINIMA 190 E 13,5 SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.			
24	10	UNID.	PNEU 235/70 R15, MÍNIMO DE LARG. 220 E			04.44



CAPITAL DO PEUÃO		

			ALTURA MÍNIMO DE 12 DE SUCO, 10 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.		
25	12	UNID.	PNEU 235/75 R17,5, MISTO MÍNIMO 200 LARGURA E ALT. 16 SUCO, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.		
26	30	UNID.	PNEU 7.50X16 BORRACHUDO LARG. 160 E 13,5 MM DE SUCO, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS		
27	08	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, BORRACHUDO, LARGURA 270 MM, E 22 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.		
28	08	UNID	PNEU 295/80 R22,5, MISTO, LARGURA 250 MM, E 18 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS		
29	08	UNID	PNEU 295/80 R22,5, LISO, LARGURA 250 MM, E 16 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.		
30	20	UNID.	PNEU 1000R20, BORRACHUDO, 230 LARG. MÍNIMO 16 DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.		
31	10	UNID	PNEU 1000R20, MISTO, 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.		
32	20	UNID.	PNEU 1000R20, LISO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO		
33	08	UNID.	PNEU 1100 R22, MISTO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 15 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO		
34	20	ŲNID	PNEU 1100 R22, LISO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 16 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.		
35	20	UNID.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO MISTO, MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 18 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.		
36	05	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		
37	08	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.		
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		
39	6	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		
40	6	UNID.	PNEU 12,5X80X18 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		-
41	6	UNID.	PNEU 12,5X80X17,5 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.		
42	6	UNID.	PNEU 14,9X28, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, TM95, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.		_
43	6	UNID.	PNEU 18,4X30, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.		
_				 TOTAL	



CÂMARAS DE AR (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
44	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12X16,5)			
45	12	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)			
46	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)			
47	10	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 18,4X30)			
48	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 19,5X24)			
49	50	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)			<u> </u>
50	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)			
51	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1400X24)			
					TOTAL	

PROTETORES DE CÂMARA DE AR (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
52	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)			
53	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)			
54	70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)			
55	40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)			
					TOTAL	

RODAS (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
56	20	UNID.	Rodas para uso sem câmara 8.25x22,5 de ferro 10 furos para uso em pneus 295/80R22,5 S/C			

PNEUS (AMPLA CONCORRÊNCIA)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
57	22	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, BORRACHUDO, LARGURA 270 MM, E 22 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.			
58	22.	UNID	PNEU 295/80 R22,5, MISTO, LARGURA 250 MM, E 18 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS			
59	22	UNID	PNEU 295/80 R22,5, LISO, LARGURA 250 MM, E 16 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.			
60	30	UNID	PNEU 1000R20, MISTO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.			
61	60	UNID.	PNEU 1000R20, LISO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO			
62	22	UNID.	PNEU 1100 R22, MISTO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 15 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO			
63	15	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.			
64	22	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.			
					TOTAL	

Valor Total por Extenso:

Condições de Pagamento: Conforme edital.

Validade da Proposta: de 60 dias.



Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens, e despesas (inclusive frete, vistoria e entrega técnica do veículo) para a entrega do bem;

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA Carimbo e Assinatura



## ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17 de novembro de 2002.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA Carimbo e Assinatura



### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

Ao Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021.

### DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA Carimbo e Assinatura



### ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

Ao **Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná** PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021.

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea e não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara também, que está obrigada a informar a Contratante os fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, quando de sua ocorrência, conforme determina o artigo 32º, § 2º, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA Carimbo e Assinatura



#### ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2021. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XX/2021.

VALIDADE: 12 meses

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GERSO FRANCISCO GUSSO, brasileiro, casado, dentista, portador do CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX e Carteira de Identidade nº X.XXX.XXX-X SSP/RS, residente e domiciliado nesta cidade de Três Barras do Paraná/PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando a homologação da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, nº XX/2021, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis, registra os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, em face da classificação da proposta apresentada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, observadas as características e demais condições definidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021 e seus Anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quantidade de equipamentos a ser entregues é estimada naquela descrita no ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA, não estando o Município obrigado a retirar a totalidade e nem mesmo tão somente aquela, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária para atendimento das necessidades atestadas pelas secretarias solicitantes.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os equipamentos e/ou materiais deverão atender rigorosamente as exigências constantes no Termo de Referencia (Anexo VI) do Edital Pregão ELETRÔNICO nº XX/2021.

PARAGRAFO TERCEIRO - A FORNECEDORA deverá dar Garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação, a partir da data de entrega dos mesmos.

**PARAGRAFO QUARTO -** Os materiais deverão ser entregues em estrita obediência a presente Ata de Registro de Preços, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades do Município, assim como ao que dispõe o Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2021 e seus anexos.

### CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

**2.1.** As empresas com o menor preço obterão apenas o direito de preferência e não de exclusividade do fornecimento dos referidos itens até o término da vigência desta Ata de Registro de Preços.

PARAGRAFO PRIMEIRO – As condições de fornecimento dos materiais são as mesmas descritas no item 21 e demais exigências contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2021 e seus anexos.

PARAGRAFO SEGUNDO — Quando a empresa não tiver condições de fornecer os materiais, será consultada outra empresa para efetuar a entrega, pelo valor registrado na sessão de registro de preço, ou valor menor; o registro de preços não obriga o município a adquirir os itens registrados, das empresas detentoras do direito de preferência, sempre que for possível poderá adquirir os mesmos

28/41

- 2-



de outras empresas em condições mais vantajosas para a Municipalidade.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Quando não possuir justificativa de não entrega a convocada fica sujeita as sanções previstas na legislação vigente.

**PARAGRAFO QUARTO** – Os materiais deverão ser de boa qualidade e, quando for o caso, deverão ter sua qualidade testada e aprovada pelos órgãos de normatização e fiscalização.

**PARAGRAFO QUINTO** - Os materiais serão aceitos provisoriamente, sendo que o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

PARAGRAFO SEXTO - A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARAGRAFO SÉTIMO - O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital.

PARAGRAFO OITAVO - Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO, DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

- **3.1.** A Empresa (RAZÃO SOCIAL), com sede a (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada por seu representante legal devidamente constituído no Contrato Social, independente de transcrição nesta Ata, é a detentora dos direitos de preferência e não de exclusividade dos itens descritos no item 3.2 desta Cláusula.
- **3.2.** Os itens, os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta, são as que seguem:

#### NOME DO LOTE

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3.2.1. Total registrado para o fornecedor: R\$ X,XX (valor por extenso).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

**4.1.** Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARAGRAFO SEGUNDO - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.



### CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES

- 5.1. À fornecedora serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
  - a) Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;
  - b) Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (meio por cento) do valor total registrado por dia de atraso ou de demora;
  - c) Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicase o disposto no parágrafo segundo desta cláusula, com prazo de até 02 (dois) dias úteis para a efetiva substituição dos produtos.
- **5.2.** Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná, nos casos de:
  - a) Apresentação de documentação falsa;
  - b) Retardamento na execução do objeto;
  - Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
  - d) Comportamento inidôneo;
  - e) Fraude na execução do contrato;
  - f) Falha na execução do contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Será facultado à fornecedora o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

PARAGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- **6.1.** O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no órgão oficial do município, não sendo permitida sua prorrogação.
- **6.2.** O prazo de execução se estende ao prazo da vigência, sendo que a forma de execução deverá ocorrer conforme especificado no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

- **7.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
  - a) Atestado de recebimento emitido pelo Órgão solicitante;
  - b) Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista.
  - 7.1.1. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 TCE/PR).

30/41

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: <u>prefeitura@tresbarras.pr.gov.br</u>



- **7.2.** O Município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- **7.3.** O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
- **7.4.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM= IxNxVP, onde:

EM= Encargos Moratórios devidos;

I= Índice de Compensação Financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula I=[(TX/100)/365];

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; e,

VP= Valor da prestação em atraso.

**7.5.** As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) 3.3.90.30, consignadas a Lei Orçamentária Anual.

### CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**8.1.** As obrigações das partes são as mesmas descritas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2021.

#### CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

**9.1.** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

PARÁGRAFO ÚNICO - Comprovada a alteração dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DA ATA

**10.1.** A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja em seu cancelamento, com as consequências previstas em lei ou regulamento, incluindo as penalidades previstas nos artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

**11.1.** O Município, através da Secretaria requerente, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam designados como gestores deste contrato:

- a) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF nº 038.501.089-37;
- b) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF nº 034.861.709-70

31/41



- c) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretario Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF nº
  - 000.278.879-95
    d) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretario Municipal de Esportes, CPF/MF N° 014.437.219-30
  - e) Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA, Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF/MF Nº 498.877.009-59

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

JOSÉ LUIZ BERNS, Diretor de Departamento de Limpeza Urbana, CPF nº 635.385.049-20, fiscal titular;

DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF nº 034.712.459-36, fiscal suplente;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.

- **11.2.** Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos nesta Ata de Registro de Preços, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.
- **11.3.** Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.
- **11.4.** As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal da Ata de Registro de Preços, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- **11.5.** A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto desta Ata de Registro de Preços.
- 11.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

### CLAÚSULA DECIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. A presente Ata de Registro de Preços serão aplicadas as seguintes disposições gerais:
  - a) A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no diário oficial.
  - b) Integram o presente instrumento, independente de transcrição, o edital e anexos, bem como todos os atos praticados constantes nos autos do PREGÃO ELETRÔNICO № XX/2021.
  - c) A gestão da presente ata será de responsabilidade da Secretaria requerente.
  - d) Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.
  - e) Fica eleito o foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, excluído qualquer outro

Av. Brasil, 245 – Fone/Fax: (45) 3235-1212 – CEP 85485-000 – Três Barras do Paraná – PR CNPJ 78.121.936/0001-68 – E-mail: prefeitura@tresbarras.pr.gov.br



## Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ATA foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data.

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ GERSO FRANCISCO GUSSO – Prefeito Municipal

**EMPRESA LICITANTE** 

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO



#### ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

**1.1.** A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido nos incisos I e II do artigo 8º e no inciso II, do artigo 21, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, publicado no DOU de 09/08/2000.

#### 2. NECESSIDADES E OBJETIVOS

- 2.1. O Município de Três Barras do Paraná possui uma frota grande de veículos (passeio, utilitários, vans e ambulâncias) e equipamentos agrícolas e máquinas pesadas, os quais necessitam de materiais (pneus) para sua manutenção, sendo imperiosa a aquisição de pneus novos para mantê-los em perfeitas condições de uso e tráfego, com o máximo de eficiência e segurança. Necessita-se da contratação para ser estendida a todos os veículos das categorias já descritas pertencentes a frota municipal, independente de especificação, detalhamento e transcrição neste Termo de Referência.
- **2.2.** A contratação objetiva atender as necessidades operacionais dos serviços públicos (educação, saúde, assistência social, rodoviário, obras e serviços urbanos, fomento agropecuário, esportes, cultura, administração em geral), fornecidos à população, bem como promover a segurança dos servidores que utilizam os mesmos como meio (ferramenta) de trabalho. Objetiva também garantir a segurança das pessoas, documentos e equipamentos transportados, dentre outras finalidades as quais os veículos e equipamentos são destinados.
- **2.3.** Assim, considerando todos os aspectos, há a necessidade da contratação descrita, sendo os veículos e equipamentos ferramentas indispensáveis para a execução das tarefas diárias dos órgãos da administração pública, estando dessa forma justificada o interesse público.

### 3. DO OBJETO

- 3.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
  - **3.1.1.** As especificações dos itens encontram-se descritas no item 7 deste Termo de Referência.
- **3.2.** Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de materiais cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.
- 3.3. Da aplicação de Lei Complementar nº 123/2006:
  - **3.3.1.** Os Lotes nº **57**, **58**, **59**, **60**, **61**, **62**, **63**, **64** possuem a condição de AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, poderão participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas de médio e grande porte;
  - **3.3.2.** Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos **Lotes nº 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64** para contratação exclusiva de microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, o qual, por ser item divisível e sua totalidade aferir valor maior a R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).
  - **3.3.3.** Todas as empresas interessadas, independentemente do seu enquadramento, poderão cotar os preços dos Lotes nº **57**, **58**, **59**, **60**, **61**, **62**, **63**, **64**, independente de seu enquadramento, sendo que será estendida as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a preferência na contratação, conforme preconiza os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



CAPITAL DO FEUÃO

3.3.4. TODOS OS DEMAIS LOTES são de participação exclusiva de microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, conforme inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal 03/2021, pois os itens de contratação não ultrapassam o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### 4. CONDIÇÕES DE ENTREGA (EXECUÇÃO) E PAGAMENTO

- 4.1. O licitante vencedor deverá entregar as mercadorias, com as exigências apresentadas neste Termo de Referência de acordo com as necessidades de consumo da administração pública, sendo de forma parcelada, após solicitação do Departamento de Compras, na sede da Secretaria Municipal de Administração ou em outro local determinado pela mesma, da seguinte forma:
  - a) Para os materiais relacionados a veículos de passeio, utilitários e cargas, o prazo máximo de entrega é de 03 (três) dias úteis, após receber o requerimento de compra emitido pelo Município de Três Barras do Paraná, sujeito as sanções descritas neste Edital;
  - b) Para os materiais relacionados a equipamentos agrícolas e pesados, o prazo máximo de entrega é de 05 (cinco) dias úteis, após receber o requerimento de compra emitido pelo Município de Três Barras do Paraná, sujeito as sanções descritas neste Edital.
  - 4.1.1. Os materiais a serem entregues deverão ser de primeira qualidade e deverão obedecer inteiramente os requisitos e padrões mínimos exigidos por órgãos fiscalizadores tais como: INMETRO e ABNT;
  - 4.1.2. Somente serão recebidos os materiais que possuam prazo de fabricação não superior a 06 (sels) meses do ato da entrega.
- 4.2. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da notificação, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- 4.3. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também as regulamentações de órgãos fiscalizadores e normatizadores, tais como: INMETRO e ABNT.
- 4.4. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- 4.5. A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e prazo de validade.
- 4.6. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.7. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- 4.8. Os produtos serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos.
- 4.9. Os produtos deverão ser entregues na Secretaria requerentes ou em outro setor conforme



designação da mesma, mediante emissão de solicitação.

- **4.10.** A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.
- **4.11.** O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- **4.12.** Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- **4.13.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e conferência de quantidade e qualidade pelo Órgão competente da Administração, à base dos preços unitários apresentados na proposta, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:
  - Atestado de recebimento emitido pelo órgão solicitante;
  - II. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
- **4.14.** O município de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
- **4.15.** O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
- **4.16.** Os custos na execução do objeto, bem como os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s).

#### 5. CUSTOS COM IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, E DEMAIS DESPESAS

**5.1.** Os custos com impostos, taxas, fretes e demais despesas serão de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s).

#### 6. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, não sendo permitida a sua prorrogação.

#### 7. RELAÇÃO E VALOR MÁXIMO DOS ITENS

- 7.1. As quantidades foram estimadas com base nas ações a serem realizadas. Trata-se de estimativa em virtude da dificuldade de se precisar o quantitativo mensal/anual de consumo por item, bem como as combinações a serem realizadas a cada pedido.
- **7.2.** O valor máximo teve como referência orçamentos prévios de preços de mercado e contratos firmados anteriormente pelo Município, os quais foram utilizados para tabulação de preços médios, conforme segue:

PNEUS (EXCLUSIVO ME/EPP)

THEOU (EXCEDENCE MEDIT)							
LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL		
1	50	UNID.	PNEU 175X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	427,00	21.350,00		
2	20	UNID	PNEU 165X70 R13, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	409,00	8.180,00		
3	30	UNID.	PNEU 175X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	460,25	13.807,50		
4	30	UNID.	PNEU 185X70 R14, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE	481,25	14.437,50		

36/41



CAPITAL DO PELIÃO

1					
5	10	UNID.	TRAFEGAR EM ASFALTO PNEU 185R14, 8 LONAS, FINALIDADE CARGA (KOMBI)	586,50	5.865,00
6	30	UNID	PENU 185X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	499,00	14.970,00
7	30	ŲNID.	PENU 185X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	510,00	15.300,00
8	30	UNID	PNEU 195X55 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	520,50	15.615,00
9	20	UNID.	PNEU 195X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	535,25	10.705,00
10	20	UNID.	PNEU 195X65 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	550,00	11.000,00
11	20	UNID.	PNEU 205X70 R15, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	669,50	13.390,00
12	12	ŲNID	PNEU 205X60 R15, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	596,75	7.161,00
13	12	UNID	PNEU 205X60 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	611,50	7.338,00
14	10	UNID.	PNEU 205X55 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	627,50	6.275,00
15	30	UNID.	PNEU 205X65 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	669,00	20.070,00
16	20	UNID.	PNEU 205X70 R16, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	1.000,50	20.010,00
17	30	UNID.	PNEU 225/65 R16, MÍNIMO 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	917,50	27.525,00
18	20	UNID.	PNEU 225X75 R16, 8 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	1.027,25	20.545,00
19	10	ŲNID.	PNEU 225X55 R18, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	753,75	7.537,50
20	40	UNID.	PNEU 175X65 R14, RADIAL L SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO	453,25	18.130,00
21	30	UNID	PNEU 215X75 R16, MISTO, LARGURA MÎNIMA DE 200 E 12MM DE SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	1.414,00	42.420,00
22	40	ŲNID	PNEU 215X75 R17,5, BORRACHUDO, LARG. MINIMA 190 E 14,5 SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	1.477,50	59.100,00
23	30	ŲNID.	PNEU 215X75 R17,5, LISO, LARG. MINIMA 190 E 13,5 SUCO, MÍNIMO 14 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	1.347,00	40.410,00
24	10	UNID.	PNEU 235/70 R15, MÍNIMO DE LARG. 220 E ALTURA MÍNIMO DE 12 DE SUCO, 10 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS PAVIMENTOS.	868,25	8.682,50
25	12	UNID.	PNEU 235/75 R17,5, MISTO , MÍNIMO 200 LARGURA E ALT. 16 SUCO, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM ASFALTO.	1.880,75	22.569,00
26	30	UNID.	PNEU 7.50X16 BORRACHUDO LARG. 160 E 13,5 MM DE SUCO, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS	1.369,00	41.070,00
27	08	UNID.	PNEU 295/80 R22,5, BORRACHUDO, LARGURA 270 MM, E 22 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.527,50	28.220,00
28	08	UNID	PNEU 295/80 R22,5, MISTO, LARGURA 250 MM, E 18 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS	3.517,50	28.140,00
29	08	UNID	PNEU 295/80 R22,5, LISO, LARGURA 250 MM, E 16 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.262,00	26.096,00
30	20	UNID.	PNEU 1000R20, BORRACHUDO, 230 LARG. MÍNIMO 16 DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.422,50	68.450,00
31	10	UNID	PNEU 1000R20, MISTO, 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR	3.283,00	32.830,00



CAPIT	AL DO	FEUÃO
	~~~	

		l	RODOVIÁRIO.		
32	20	UNID.	PNEU 1000R20, LISO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.150,25	63.005,00
33	08	UNID.	PNEU 1100 R22, MISTO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 15 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.494,25	27.954,00
34	20	DINU	PNEU 1100 R22, LISO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 16 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.372,00	67.440,00
35	20	UNID.	PNEU 1100 R22, BORRACHUDO MISTO, MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 18 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.519,25	70.385,00
36	05	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	4.883,75	24.418,75
37	08	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	6.123,00	48.984,00
38	7	UNID.	PNEU 19,5X24 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	5.013,75	35.096,25
39	6	UNID.	PNEU 12/16,5 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	2.041,50	12.249,00
40	6	UNID.	PNEU 12,5X80X18 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	2.172,75	13.036,50
41	6	UNID.	PNEU 12,5X80X17,5 R4, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	1.890,00	11.340,00
42	6	UNID.	PNEU 14,9X28, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, TM95, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	3.976,75	23.860,50
43	6	UNID.	PNEU 18,4X30, AGRÍCOLA, MÍNIMO 12 LONAS, COM USO DE CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR EM TODOS OS TIPOS DE PAVIMENTOS.	4.686,25	28.117,50
				TOTAL	1.103.085,50

CÂMARAS DE AR (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
44	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12X16,5)	186,50	3.730,00
45	12	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 12,5X80X18)	190,50	2.286,00
46	30	UNID.	CAMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	487,00	14.610,00
47	10	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 18,4X30)	479,25	4.792,50
48	20	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 19,5X24)	562,25	11.245,00
49	50	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	203,00	10.150,00
50	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	218,00	8.720,00
51	40	UNID.	CÂMARA DE AR (PNEU 1400X24)	443,75	17.750,00
				TOTAL	73.283,50

PROTETORES DE CÂMARA DE AR (EXCLUSIVO ME/EPP)

LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
52	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 17,5X25)	299,75	8.992,50
53	30	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (ARO 16)	55,50	1.665,00
54	70	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1000X20)	86,37	6.045,90
55	40	UNID.	PROTETOR DE CÂMARA DE AR (PNEU 1100X22)	93,81	3.752,40
				TOTAL	20,455,80

RODAS (EXCLUSIVO ME/EPP)

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
56	20	UNID.	Rodas para uso sem câmara 8.25x22,5 de ferro 10 furos para uso em pneus 295/80R22,5 S/C	1.287,00	25.740,00



PNEUS (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
LOTE	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL		
57	22	UNID.	PNEU 295/80 Ř22,5, BORRACHUDO, LARGURA 270 MM, E 22 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ-MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS.	3.527,50	77.605,00		
58	22	UNID	PNEU 295/80 R22,5, MISTO, LARGURA 250 MM, E 18 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, BANDA PRÉ- MOLDADA DE ALTO PODER DE TRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO FORA DE ESTRADA OU TERRENOS MISTOS	3.517,50	77.385,00		
59	22	UNID	PNEU 295/80 R22,5, LISO, LARGURA 250 MM, E 16 DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL SEM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.262,00	71.764,00		
60	30	UNID	PNEU 1000R20, MISTO, 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO.	3.283,00	98.490,00		
61	60	UNID.	PNEU 1000R20, LISO , 230 LARG. MÍNIMO 15 MM DE SUCO, 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.150,25	189.015,00		
62	22	UNID.	PNEU 1100 R22, MISTO , MÍNIMO 240 LARG E MÍNIMO 15 MM DE SUCO, MÍNIMO 16 LONAS, RADIAL COM CÂMARA, FINALIDADE TRAFEGAR RODOVIÁRIO	3.494,25	76.873,50		
63	15	UNID.	PNEU 1400X24 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINALIDADE MÁQUINAS PESADAS.	4.883,75	73.256,25		
64	22	UNID.	PNEU 17,5X25 L2, MÍNIMO 12 LONAS, FINLIDADE MÁQUINAS PESADAS.	6.123,00	134.706,00		
				TOTAL	799.094,75		

- **7.3.** Os valores dos itens apresentados nas propostas não poderão ser superiores aos valores acima descritos.
  - **7.3.1.** O valor total dos itens deste Termo de Referência totalizam a importância de R\$ 2.021.659,55 (Dois milhões vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
- **7.4.** A empresa licitante que apresentar os valores superiores aos informados no item 7.2 deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do item que se apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação da etapa de lances.
- **7.5.** Os itens descritos no item 7.2 são para formular o valor unitário das quantidades, dessa forma, a empresa que efetuar sua proposta com valores acima dos descritos serão desclassificados nos itens que se apresentarem irregulares, independentemente se o valor total do lote estiver abaixo do indicado.

#### 8. REQUISITOS ADMINISTRATIVOS

- **8.1.** Documentação fiscal: os materiais devem ser entregues acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação da quantidade entregues.
- **8.2.** Os materiais devem ser entregues nas quantidades requeridas, obedecendo todas as descrições em edital, inclusive no que diz respeito à apresentação.
- **8.3.** Os preços devem estar descritos em documento fiscal especificados: unitário e preço total de acordo com o especificado no pregão.

#### 9. DEMAIS REQUISITOS

9.1. As empresas adjudicatárias deverão atender os requisitos como seguem:



- Capital do Felião
  - **9.1.1** Os materiais devem ser entregues por item com seus respectivos quantitativos na nota fiscal:
  - **9.1.2.** Os produtos deverão possuir data de fabricação igual ou inferior a 06 (seis) no momento da entrega.
  - **9.1.3.** Os produtos deverão ter garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para promover e preservar o conforto, estabilidade e segurança.
- 9.2. Os produtos deverão ser novos e de boa qualidade obedecendo ao que segue:
  - **9.2.1.** Com referência a qualidade dos produtos, os mesmos deverão ter certificação do INMETRO, exceto para os pneus relativos a máquinas pesadas, câmaras de ar e protetores de câmaras de ar. Para tanto aplicar-se-á a legislação vigente independentemente de transcrição neste Termo de Referência;
  - **9.2.2.** O fornecedor deverá apresentar Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou importados, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados.

#### 10. DA FISCALIZAÇÃO E DA GERÊNCIA

- **10.1.** O gerenciamento e a fiscalização das contratações decorrentes deste Termo de Referência caberão às Secretarias emitentes de cada ordem de serviço ou emissão de empenho, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.
  - 10.1.1. Ficam designados como gestores deste contrato:
  - f) Sra. DÉBORA NÁDIA PILATI VIDOR, Secretária Municipal de Saúde, CPF/MF nº 038.501.089-37;
  - g) Sra. ELIZA BORTOLANZA, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, CPF/MF nº 034.861.709-70
  - h) Sr. CLEBESON BORDIM, Secretario Municipal de Administração e Planejamento, CPF/MF nº 000.278.879-95
  - i) Sr. VALDENIR APARECIDO RODRIGUES, Secretario Municipal de Esportes, CPF/MF Nº 014.437.219-30
  - j) Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA, Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CPF/MF Nº 498.877.009-59
  - 10.1.2. Ficam designados como fiscais deste contrato os seguintes servidores:

JOSÉ LUIZ BERNS, Diretor de Departamento de Limpeza Urbana, CPF nº 635.385.049-20, fiscal titular;

DOUGLAS POLTRONIERI, Chefe de Departamento de Controle de Frotas, CPF nº 034.712.459-36, fiscal suplente;

- **10.1.3.** O fiscal titular será responsável pela fiscalização do fornecimento realizado. Na ausência ou impossibilidade de atuação do fiscal titular descritos no parágrafo anterior, o fiscal suplente assumirá a função até o retorno do titular.
- 10.2. Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar a execução conforme prescritos na Ata

40/41



de Registro de Preços, inclusive com observância à qualidade, e verificando possíveis desacordos com as especificações do edital.

- **10.3.** Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o fornecimento licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.
- **10.4.** As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- **10.5.** A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato.
- 10.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados.



Três Barras do Paraná/PR, 03 de agosto de 2021.

De: Departamento de Licitações

Para: Assessoria Jurídica

Prezado Senhor,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, minuta do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, para análise e parecer.

Atenciosamente,

VANESSA MACAGNAN ACUNHA DENNING
Diretora do Departamento de Licitações



# Prefeitura Municipal de Três Parras do Paraná

### CAPITAL DO FEIJÃO

#### PARECER MINUTA DO EDITAL

De acordo com os termos do Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, segue a apreciação desta Assessoria Jurídica para análise e aprovação da minuta do instrumento convocatório de licitação.

Destaca-se que fora utilizada a modalidade pregão, forma eletrônico, tipo de execução "empreitada por preço unitário" e avaliação "menor preço", objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E PROTETORES DE CAMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEICULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.

Da análise da documentação apresentada, denota-se a existência das cláusulas necessárias, conforme previsão contida nos artigos 40 e 55 da Lei nº 8.666/93. Constata-se ainda, perfeita consonância às regras trazidas pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, no que diz respeito à participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte.

Orienta-se, como a minuta do instrumento convocatório não evidencia datas de abertura e julgamento, de acordo com o Art. 4°, V, da Lei 10.520/2002, o prazo de apresentação de propostas deverá ser computado a partir da publicação do aviso, não sendo inferior a 8 (oito) dias úteis. Orienta-se ainda, como parte das despesas serão suportadas com recursos próprios, seja realizada publicação no Diário Oficial Municipal.

Diante ao exposto, o presente edital está apto a figurar como regra interna do processo licitatório e encontra-se em condições de ser autorizada por Vossa Excelência se assim entender conveniente à Administração Pública.

É o Parecer.

Três Barras do Paraná, em 04 de agosto de 2021.

Marcos Antonio Fernandes OAB/PR 21.238



#### TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que recebi, nesta data, oriundo da Assessoria Jurídica, os autos relativos ao Processo Administrativo nº 94/2021.

Três Barras do Paraná/PR, 04 de agosto de 2021.

OMMAN M. (). (Immin)
VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Diretora do Departamento de Licitações

#### **TERMO DE JUNTADA**

Certifico que, nesta data, após receber da Assessoria Jurídica os autos relativos ao Processo Administrativo nº 94/2021, procedi a juntada do memorando atendendo o item "d" da manifestação do Sr. Prefeito (pág.27).

Três Barras do Paraná/PR, 04 de agosto de 2021.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA ÖÉNNING Diretora do Departamento de Licitações



Três Barras do Paraná/PR, o6 de agosto de 2021.

De: Gabinete do Prefeito Municipal Para: Departamento de Licitações

Considerando as informações e os pareceres contidos no presente processo administrativo, APROVO o Termo de Referência e AUTORIZO a Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Promova todas as publicidades necessárias do aviso da licitação, bem como do edital, conforme exigência da legislação vigente.

GERSO ERANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal



#### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2021

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO

**MODO DE DISPUTA: ABERTO** 

#### 1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o n° 78.121.936/0001-68, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores, e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar Municipal nº 03 de 27 de maio de 2021, realizará licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, tipo avaliação MENOR PREÇO, empreitada por preço UNITÁRIO, objetivando a proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.
- 1.2. O recebimento das propostas será até às 8h do dia 27 DE AGOSTO DE 2021.
- 1.3. A abertura das propostas terá início às 8h30 do dia 27 DE AGOSTO DE 2021.
- 1.4. A sessão de disputa dos preços terá início às 9h do dia 27 DE AGOSTO DE 2021.
- **1.5.** O local para realização dos atos relativos a esta licitação será o Portal da Bolsa de Licitações do Brasil BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link licitações".
- 1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.
  - **1.6.1.** O licitante interessado deverá observar as datas e horários limites previstos nos itens 1.2 1.3 e 1.4 deste Edital.
- 1.7. Se no dia supracitado não houver expediente, ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, a mesma ocorrerá no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente no Município de Três Barras do Paraná, no mesmo local e horários, ou em outro a ser definido pelo pregoeiro e devidamente informado aos interessados.
- **1.8.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
  - **1.8.1.** O sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra Estrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- **1.9.** Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro designado pelo Município de Três Barras do Paraná, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações Públicas" consoante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

#### 2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARAS DE AR, TODOS NOVOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE



TRÊS BARRAS DO PARANÁ., conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Os equipamentos a ser ofertados/entregues deverão atender rigorosamente a quantidade e exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo VI).

#### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **3.1.** As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):
  - a) 03.01.04.122.0003.2.006.000.3.3.90.30.00;
  - b) 05.01.26.782.0006.2.014.000.3.3.90.30.00;
  - c) 05.03.15.452.0007.2.015.000.3.3.90.30.00;
  - d) 06.01.08.244.0009.2.020.000.3.3.90.30.00;
  - e) 06.01.08.244.0009.2.048.000.3.3.90.30.00;
  - f) 06.02.08.243.0023.6.003.000.3.3.90.30.00:
  - g) 06.03.08.244.0005.2.021.000.3.3.90.30.00;
  - b) 07.04.40.004.0000.0.021.000.0.0.00.00.00.
  - h) 07.01.10.301.0008.2.009.000.3.3.90.30.00; i) 07.01.10.302.0021.2.012.000.3.3.90.30.00;
  - 1) 00 04 07 040 0044 0 040 000 0 0 00 00
  - j) 08.01.27.812.0014.2.040.000.3.3.90.30.00;
  - k) 09.01.12.361.0010.2.030.000.3.3.90.30.00;
  - 1) 09.02.12.365.0011.2.029.000.3.3.90.30.00;
  - m) 09.02.12.365.0011.2.032.000.3.3.90.30.00;
  - n) 10.01.20.606.0015.2.041.000.3.3.90.30.00;
  - a) 10.02.18.541.0016.2.042.000.3.3.90.30.00.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **4.1.** O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:
  - a) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
  - b) Lei Federal nº 10.520, 17 de julho de 2002;
  - c) Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
  - d) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
  - e) Lei Complementar Municipal nº 03, de 27 de maio de 2021.
  - f) Decreto Municipal nº 4412, de 05 de abril de 2021.

#### 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **5.1.** A participação no pregão na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- **5.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- **5.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Três Barras do Paraná por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acessou, ainda que por terceiros.
- 5.4. Poderão participar desta licitação empresas que:



- 5.4.1. Estejam legalmente constituídas e desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 5.4.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- 5.4.3. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.
- **5.5.** Como requisito para a participação na licitação, a licitante deverá manifestar, através de declarações, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital e, quando for o caso, que a empresa está enquadrada no regime de microempresa (ME) e/ou empresa de pequeno porte (EPP).
  - 5.5.1. Os itens referentes aos Lotes 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 do objeto possuem a condição de AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, poderão participar tanto microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP) quanto empresas enquadradas em outros regimes (médio e grande porte);
    - **5.5.1.1.** Todas as empresas interessadas, independentemente do seu enquadramento, poderão cotar os preços dos itens pertencentes aos Lotes **57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64**, independente de seu enquadramento, sendo que será estendida as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a preferência na contratação, conforme preconiza os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
  - 5.5.2. Em cumprimento ao que estabelece o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, combinada com a Lei Complementar Municipal 03 de 27 de maio de 2021, todos os itens pertencentes AOS DEMAIS LOTES (LOTE 01 À LOTE 56) da presente licitação destinam-se EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas nas regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná.
    - 5.5.2.1. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 03 de 27 de maio de 2021 podem participar da disputa dos itens EXCLUSIVOS Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas nos Municípios : OESTE: Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste. SUDOESTE: Ampére, Bela Vista da Caroba, Capanema, Pérola d'Oeste, Planalto, Pranchita, Realeza, Santa Izabel do Oeste, Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge d'Oeste, Verê, Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara d'Oeste, Mariópolis, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina, Vitorino.
    - **5.5.2.2.** A participação nos itens dos Lotes citados no item **5.5.2.** são expressamente destinados à Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, para licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame,



sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais

#### 5.6. É vedada a participação de:

- 5.6.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **5.6.2.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal;
- 5.6.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Três Barras do Paraná;
- 5.6.4. Empresas com falência decretadas ou concordatárias;
- 5.6.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no país;
- **5.6.6.** Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança no Município de Três Barras do Paraná/PR (Art. 9 da Lei 8666/93);
- 5.6.7. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- **5.6.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 5.7. Ressalta-se que o não cumprimento desta etapa acarretará a desclassificação da licitante.

#### 6. ELEMENTOS INSTRUTORES

- **6.1.** O caderno de Instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Departamento de Licitações do Município de Três Barras do Paraná, sito à AVENIDA BRASIL, 245, CENTRO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.
- **6.2.** Os interessados no certame também poderão ter acesso ao Edital através do Portal de Transparência localizado no site do Município de Três Barras do Paraná/PR, ou seja, www.tresbarras.pr.gov.br, ou www.bil.org.br.

#### 7. DO CREDENCIAMENTO

- **7.1.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- **7.2.** Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (quando for o caso permitido para MEI), **deverão identificar o seu enquadramento,** informando em campo próprio do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema.
  - **7.2.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar declaração de enquadramento e certidão simplificada emitida pela Junta Comercial para fins de habilitação, deverá quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito aos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

#### 7.3. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES



CAPITAL DO FEUÃO

- **7.3.1.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL-Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.
- **7.3.2.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de sena privativa.
- **7.3.3.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa de Licitações do Brasil.
- **7.3.4.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL- Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.3.5.** O credenciamento do fornecedor e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **7.3.6.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecido através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

#### 8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **8.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **8.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **8.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **8.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **8.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 3 · · ·

- **9.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - a) Valor Unitário;

5/41

....



- b) Marca/Modelo.
- 9.1.1. Caso a marca/modelo possa identificar a proposta, este campo pode ser preenchido com informações tais como: "a definir" ou "não se aplica", para que a proponente não seja desclassificada, conforme item 10.3 do edital.
- 9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- **9.4.** Nos preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **9.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **9.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos de controle interno e externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: (i) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou (ii) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- **10.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 10.3. Também será desclassificada a proposta que possa ser identificada.
  - **10.3.1.** Qualquer forma de identificação da proponente, tais como: marcas, cabeçalhos e rodapés, CNPJ, timbre, logotipos, entre outros, será motivo de desclassificação da proposta.
  - **10.3.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - **10.3.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **10.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **10.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



- CAPITAL DO FEUÃO
- **10.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.
- **10.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- **10.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser livre, cabendo aos licitantes à responsabilidade da sua oferta apresentada.
- **10.11.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos) e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- **10.12.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **10.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- **10.14.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **10.15.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **10.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, sem prol da consecução do melhor preço.
- **10.17.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **10.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **10.19.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **10.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.
- **10.21.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 10.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.



### Prefeitura Municipal de Três Barras do Paranó

CAPITAL DO FEUÃO

- **10.23.** A prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte dos 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64 será processada nos seguintes termos:
  - **10.23.1.** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática junto à Receita Federal, do porte da empresa. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e/ou empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação de valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
  - **10.23.2.** Nessas condições, as propostas de ME e/ou EPP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - **10.23.3.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - **10.23.4.** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, pra o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - **10.23.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP's que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor lance/oferta.
- **10.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
  - **10.24.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 10.24.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, que no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (ANEXO I), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
  - 10.24.3. Juntamente com a proposta adequada deverá encaminhar Prospecto/folder, cartilha ou qualquer outro documento idôneo, em língua portuguesa, que demonstre as especificações técnicas e instruções de uso do produto ofertado a fim de comprovar que o produto cotado atende as especificações exigidas (somente para pneus). Se impresso via internet deverá evidenciar o endereço para verificar a autenticidade; se cópia, deverá ser autenticada.
  - 10.24.4. Declaração (sem modelo definido no edital) de que o produto cotado terá 24 (vinte e quatro) meses de garantia contra defeitos de fabricação
- **10.25.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 11. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7º e



no § 9º do artigo 26 do Decreto nº 10.024/2019.

- **11.2.** Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 48, da Lei nº 8.666/1993.
  - **11.2.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
  - **11.2.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar as provas ou indícios que fundamentem a suspeita.
  - **11.2.3.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendose adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
    - **11.2.3.1.** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
    - 11.2.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas:
    - **11.2.3.3.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
    - 11.2.3.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
    - 11.2.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
    - 11.2.3.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
  - 11.2.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- **11.3.** O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- **11.4.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - **11.4.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **11.5.** Se a proposta o lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **11.6.** Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

and the second s



CAPITAL DO FELIÃO

- **11.7.** O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
  - **11.7.1.** Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preco melhor.
  - **11.7.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **11.8.** Nos itens de ampla concorrência, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá uma nova verificação pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- **11.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observando o disposto neste edital.

#### 12. DA HABILITAÇÃO

- **12.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar nos itens destinados **exclusivamente para ME/EPP**, o pregoeiro verificará se a mesma está sediada nos Municípios elencados no **item 5.5.2.1**, em conformidade ao disposto na LC Municipal nº 03/2021.
  - **12.1.1** Caso a proponente não comprove através do contrato social que a sua sede se localiza na região apontada, o pregoeiro declarará o licitante desclassificado, por não atender aos critérios de participação.
- 12.2. O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) (<a href="http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx">http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx</a>).
  - **12.2.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
    - **12.2.1.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.
    - **12.2.1.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 12.2.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
  - **12.2.2.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condições de participação.
  - **12.2.3.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a

0/41



CAPITAL DO FEUÃO

disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

- 12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- **12.4.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **12.5.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filiar, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - **12.5.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- **12.6.** Ressalvado o benefício concedido nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
  - 12.6.1. A Habilitação Jurídica será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:
    - **12.6.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
    - **12.6.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a>.
    - **12.6.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
    - **12.6.1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
    - **12.6.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
    - **12.6.1.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.
    - **12.6.1.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
    - **12.6.1.8.** Os documentos de habilitação jurídica deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
  - **12.6.2.** A **Regularidade Fiscal** e **Trabalhista** será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:
    - **12.6.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

11/41



- **12.6.2.2.** Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 12.6.2.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- **12.6.2.4.** Prova de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei 12.440/2011;
- **12.6.2.5.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante:
- **12.6.2.6.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
- 12.6.3. A Qualificação Econômico-Financeira exigirá a apresentação do seguinte documento:
  - **12.6.3.1.** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.
- 12.6.4. De forma a demonstrar sua Qualificação Técnica, os licitantes deverão apresentar:
- a) Mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Órgão Público ou Privado, onde conste a comprovação de execução de entrega de material pertinente e compatível com o objeto, atestando a qualidade, entrega, garantia do material cotado;
- b) Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou importados, via respectivos certificados de fabricação e regularidade de importação, ambos voltados a atestar e efetivar a preservação do meio ambiente. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados;
- c) Certificado emitido pelo INMETRO Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, obrigatório àqueles pneus produzidos no Brasil e/ou oriundos do exterior. No caso do licitante ser distribuidor/revendedor deverá obter os documentos referentes itens junto ao fabricante e/ou importador dos produtos cotados..
- 12.6.5. Deverá apresentar ainda as seguintes declarações e documentos:
  - **12.6.5.1.** Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando o cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do ANEXO II deste Edital;
  - **12.6.5.2.** Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do ANEXO IV deste Edital;
  - **12.6.5.3.** Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no ANEXO III.



CAPITAL DO FEUÃO

12.6.5.4. As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos a habilitação, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada no item 01 deste edital, sob pena de perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006.

- **12.7.** A existência de restrição relativamente a regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
  - **12.7.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange a regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
  - **12.8.1.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- **12.9.** Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **12.10.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste edital.
- **12.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.
- 12.12. Dos itens relativos às cotas principais e reservadas para microempresas e/ou empresas de pequeno porte (ME/EPP):
  - **12.12.1.** Se a mesma licitante sagrar-se vencedora do item relativo à cota reservada para ME/EPP (lotes **27, 28, 29, 31, 32, 33, 36 e 37**), bem como do item de ampla participação (lotes **57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64**), prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles;
  - **12.12.2.** Não havendo licitante vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;
  - **12.12.3.** Quando não houver vencedor para a cota principal poderá haver adjudicação em favor da microempresa e/ou empresa de pequeno porte (ME/EPP) vencedora da cota reservada ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota reservada.



#### 13. DOS RECURSOS

- **13.1.** Declarado o vencedor será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- **13.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite o não o recurso, fundamentadamente.
  - **13.2.1.** Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - **13.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto a intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- **13.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para que querendo, apresentarem suas contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **13.5.** Os autos do processo permanecerão com vistas franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

#### 14. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- **14.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal juntamente com folder e/ou prospecto de cada item ganho conforme item **10.24.3** e o termo de garantia conforme item **10.24.4.** do edital.
- **14.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - **14.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- **14.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 2 (duas) casas decimais após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
  - **14.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- **14.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **14.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



**14.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - **15.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve a anulação de atos anteriores a realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - **15.1.2.** Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,§1°, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **15.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - **15.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

#### 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **16.1.** Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.
  - **16.1.1.** Se houver recurso(s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es) e à homologação do resultado do Pregão.

#### 17. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

- **17.1.** Será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar. Os mesmos serão convocados para que no prazo de 05 (cinco) dias assinem a mesma, sob pena de decair o direito na preferência da contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis.
- 17.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Três Barras do Paraná, poderá registrar os demais licitantes, na ordem de classificação, convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 17.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o artigo 64 da Lei nº 8.666/93.
- **17.4.** O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado, conforme previsto na Lei.

#### 18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA GARANTIA E DA FISCALIZAÇÃO

**18.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, das condições de garantia e fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



#### 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

#### 21. CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- **21.1.** O licitante vencedor deverá entregar as mercadorias de acordo com as necessidades de consumo da Administração Pública, **sendo de forma parcelada**, após solicitação do Departamento de Compras, no prazo máximo de 10 (dez) dias, no local indicado pela Secretaria solicitante.
- **21.2.** O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias da notificação, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- **21.3**. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros.
- **21.4**. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- **21.5**. A(s) mercadoria(s) fornecida(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade e qualidade.
- 21.6. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição da(s) mercadorias(s), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.
- **21.7.** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do produto obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- **21.8.** Os produtos serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos.
- **21.9**. Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná ou em outro setor conforme designação da mesma, mediante emissão de solicitação.
- **21.10.** A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.
- **21.11.** O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 21.12. Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de



penalidades.

#### 22. PREÇO (VALOR MÁXIMO)

- **22.1.** O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados no item 7 do Termo de Referência (ANEXO VI), sendo que o valor total dos itens somam a importância de R\$ 2.021.659,55 (Dois milhões vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
- **22.2.** O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretas, relacionadas.
- 22.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
  - **22.3.1.** Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso !l do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- **22.4.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### 23. PENALIDADES

- **23.1.** Às licitantes vencedoras deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
  - **23.1.1.** Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos;
  - **23.1.2.** Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de 0,5% (por cento) do total da proposta por dia de atraso ou de demora;
  - 23.1.3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplica-se o estabelecido no subitem 23.1.1, com prazo de até 02 (dois) días para a efetiva substituição do(s) produto(s) e serviço(s);
  - **23.1.4.** Nos termos do art. 7° da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Três Barras do Paraná, nos casos de:
    - a) Apresentação de documentação falsa;
    - b) Retardamento na execução do objeto;
    - c) Não manutenção da proposta escrita ou lance, após a adjudicação;
    - d) Comportamento inidôneo;
    - e) Fraude na execução do contrato;
    - f) Falha na execução do contrato.
  - 23.1.5. Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.



CAPITAL DO FELIÃO

- **23.1.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.
- **23.2.** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.
- **23.3.** As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

#### 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- **24.1.** É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- **24.2.** O requerimento pode envolver, inclusive, a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, mediante pagamento, neste caso, de taxa para cobrir o custo de reprodução gráfica.
- **24.3.** O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida a pregoeira, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, ou de forma eletrônica, pelo e-mail <u>licitacao@tresbarras.pr.gov.br</u>.
- **24.4.** Os esclarecimentos e impugnações deverão ser prestados no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento do requerimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do Edital, passando eles a integrar, juntamente com o requerimento que lhes deu origem, os autos do processo.
- **24.5.** As questões formuladas que forem de interesse geral, bem como as respostas, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.
- **24.6.** As respostas aos pedidos e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a Administração.

#### 25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- **25.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
  - Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
    - a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
    - b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
    - c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
    - d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
    - e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o

18/41